Sumário

Número de notícias: 36 | Número de veículos: 29

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita libera consulta a 2º lote do imposto de renda 4

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - MAIS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Deputado diz que alertou Bolsonaro sobre a Covaxin 5

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Justiça tributária (3) 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - GERAIS
SEGURIDADE SOCIAL

Idosa é resgatada após 60 anos de "escravidão" 8

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Novos golpes do FGTS já fazem 55 vítimas todo dia 10

ALÔ BRASÍLIA - DF - DISTRITO FEDERAL
SEGURIDADE SOCIAL

Comissão aprova projeto que obriga INSS a pagar auxílio-doença após 60 dias 11

CORREIO DA BAHIA - SALVADOR - BA - BAHIA
SEGURIDADE SOCIAL

PF cumpre mandados contra fraude na Previdência 12

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS: mais atrasos à vista 13

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

R\$ 550 para ex-beneficiários do BPC 15

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Prorrogação do auxílio deve ser anunciada até sexta, diz Guedes 16

G1 - NACIONAL - G1 PRINCIPAL
SEGURIDADE SOCIAL

Empréstimo consignado lidera ranking de reclamações; veja dicas para não cair em armadilhas 17

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

INSS paga hoje 2ª parcela antecipada do 13º de aposentados; veja quem ganha 20

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

São necessários ajustes na reforma administrativa (3) 21

DIÁRIO DA MANHÃ - GO - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Investigado pela PF, Salles é exonerado do Meio Ambiente 22

JORNAL DO DIA - ARACAJU - SE - POLITICA
SERVIDOR PÚBLICO

Presidente da Câmara defende alteração nas regras já para eleições de 2022 - TRIBUNA	24
CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
O maior ativo eleitoral que Bolsonaro quer manter - BRASÍLIA - DF	27
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Menos imposto e mais auxílio	28
FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER REFORMA TRIBUTÁRIA	
Deputado que citou suspeitas sobre Covaxin é ex-youtuber pró-Bolsonaro	29
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Guedes quer usar aumento na arrecadação para reduzir tributos	31
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS REFORMA TRIBUTÁRIA	
Pacheco ataca veto à ampliação da Sudene	34
O GLOBO - RJ - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Faixa de isenção do imposto de renda	35
A TRIBUNA - ES - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governo prevê o dobro de contribuintes isentos do IR	37
MEIO NORTE - TERESINA - PI - POLÍTICA REFORMA TRIBUTÁRIA	
Governadores debatem reforma tributária	38
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Câmara retira de MP proibição de barreira a importados	39
ZERO HORA - RS - OPINIÃO DA RBS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS (3)	40
CORREIO BRAZILIENSE - DF - NEGÓCIOS ECONOMIA	
Dólar se mantém abaixo de R\$ 5	41
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO ECONOMIA	
A ilusão da salvação nacional (2)	42
ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA ECONOMIA	
Avisos: juros mais altos e energia mais cara - BRASIL EM FOCO	43
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Ministro volta a negar risco de racionamento, apesar da crise hídrica	45
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
A aposta em juros mais altos (3)	47

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Com risco de nova crise energética, BC refaz cenários para definição da Selic..... 48

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

O Plano Safra possível, mas com foco ambiental (3)..... 50

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Gastos extras vão reduzir 'folga' do teto, prevê governo..... 51

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - OPINIÃO
ECONOMIA

Cedo para comemorar (3)..... 52

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - FINANÇAS
ECONOMIA

Meirelles sugere redução em meta do País..... 53

O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Racionamento pelos próximos 10 anos pode se tornar realidade..... 55

Receita libera consulta a 2º lote do imposto de renda

A **Receita Federal** liberou, ontem, a consulta para o segundo lote da restituição do imposto de renda (IRPF 2021). Esse será o maior lote já pago na história, tanto em valor desembolsado como em número de contribuintes. Ao todo, 4.222.986 contribuintes receberão R\$ 6 bilhões. Desse total, 2.906.310 contribuintes entregaram a declaração até 21 de março. O restante tem prioridade legal, sendo 97.082 contribuintes idosos acima de 80 anos, 779.763 contribuintes entre 60 e 79 anos, 54.240 contribuintes com alguma deficiência física ou mental ou moléstia grave e 385.591 contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério. O dinheiro será pago em 30 de junho. A consulta pode ser feita na página da **Receita Federal** -www.gov.br/receitafederal ou no aplicativo Pessoa Física. Lote será o maior da história e pagará R\$6 bilhões para 4,2 milhões de pessoas

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

Deputado diz que alertou Bolsonaro sobre a Covaxin

O deputado Luís Miranda (DEM-DF) afirma ter alertado o presidente Jair Bolsonaro sobre irregularidades no contrato entre o Ministério da Saúde e a Precisa Medicamentos para a aquisição de 20 milhões de doses da vacina indiana Covaxin. Documentos indicam que o Ministério da Saúde pagará 1.000% mais caro que o governo federal indiano. "No dia 20 de março, fui pessoalmente, com o servidor da Saúde que é meu irmão, e levamos toda a documentação para o presidente", disse o parlamentar.

O deputado é irmão de Luís Ricardo Fernandes Miranda, chefe da divisão de importação do Ministério da Saúde, que relatou ao Ministério Público Federal (MPF), em depoimento em 31 de março, ter sofrido pressão incomum para assinar o contrato.

Segundo Miranda, no encontro do dia 20 de março, Bolsonaro prometeu acionar a Polícia Federal para investigar o caso. "Para poder agir imediatamente, porque ele compreendeu que era grave, gravíssimo", disse Miranda. O parlamentar afirmou que não recebeu retorno do presidente ou da PF. "Não era só uma pressão que meu irmão recebia. Tinha indícios claros de corrupção." Miranda é da base do presidente e não quis responder se Bolsonaro prevaricou. "Levei [o caso] para ele porque confio nele. Espero que ele tenha feito alguma coisa", disse o deputado. Miranda e seu irmão serão ouvidos pela CPI da Covid no Senado amanhã.

Ontem, o deputado disse ao jornal Folha de S. Paulo que havia encaminhado os relatos de seu irmão a autoridades, mas não quis confirmar para quais. "Se eu responder para você, cai a República", disse.

CONTRATO O governo fechou contrato para compra da Covaxin em 25 de fevereiro, no momento em que tentava aumentar o portfólio de imunizantes e reduzir a dependência da Coronavac, que chegou a ser chamada por Bolsonaro de "vacina chinesa do João Doria".

A Covaxin é produzida pelo laboratório indiano Bharat Biotech, e negociada no Brasil pela empresa Precisa Medicamentos. Sócio da Precisa, Francisco Emerson Maximiano, deve prestar depoimento à CPI na próxima semana. A comissão também pediu a quebra dos sigilos do empresário.

Os senadores querem apurar se houve irregularidade na compra da vacina. O contrato foi fechado antes do aval da Anvisa ao imunizante, e por um preço mais alto que o negociado com a Pfizer, (US\$ 10), por exemplo. A Bharat Biotech fixou preços de US\$ 15 a US\$20 para cada dose exportada de sua vacina.

Maximiano também é presidente da Global Gestão em Saúde, segundo registros da **Receita Federal**. E a Global figura como sócia da própria Precisa. A Global recebeu cerca de R\$ 20 milhões antecipados, em 2017, para a entrega de medicamentos para doenças raras ao SUS, o que nunca aconteceu. O atual líder do governo na Câmara, Ricardo Barros, era ministro da Saúde à época.

Em nota, a empresa Bharat Biotech, que produz a vacina Covaxin, afirma que tem praticado um preço "transparente" em todas suas exportações de doses, sugerindo que o valor estipulado em acordo com o Brasil está dentro da previsão e da tabela estipulada pela companhia para o mercado internacional.

O Ministério da Saúde diz que "não realizou a compra da vacina Covaxin e não fez qualquer pagamento ao laboratório". O pagamento só será efetuado depois da entrega das doses.

Não era só uma pressão que meu irmão recebia. Unha indícios claros de corrupção Luís Miranda

Nós temos que ter muito cuidado. Essa acusação sobre a Covaxin é a mais grave que CPI recebeu até agora Omar Aziz

As questões nebulosas que cercam esse contrato precisam ser esclarecidas Bruno Dantas

SAIBA MAIS Que vacina é essa? A Covaxin é uma vacina feita com vírus inativado fabricada pela empresa indiana Bharat Biotech. Sua aplicação é feita em duas doses. O estudo de fase 3 ainda não foi concluído Quanto o governo pagou por dose? De acordo com dados do TCU, a Covaxin foi a vacina mais cara negociada pelo governo até agora: R\$ 80,70 a unidade, valor quatro vezes maior que a vacina da Fiocruz/AstraZeneca O uso emergencial da Covaxin foi aprovado? Não. No início de junho, a Anvisa aprovou, com restrições, a importação excepcional de

doses Como foi feito o contrato? O contrato para a compra da Covaxin foi firmado entre o Ministério da Saúde e a Precisa Medicamentos, empresa responsável pela ponte entre o governo federal e o laboratório que produz a vacina na Índia. A empresa é a única intermediária que não possui vínculo com a indústria de vacinas.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

O que investiga o Ministério Público? O MPF investiga o contrato firmado pelo Ministério da Saúde com a Precisa Medicamentos para compra da vacina Covaxin. A procuradora da República no Distrito Federal, Luciana Loureiro, responsável pelas investigações, apontou "temeridade do risco assumido pelo Ministério da Saúde" na compra da vacina indiana Covaxin. Ela considera que há indícios de crime e enviou a investigação para a área de combate ao crime e à improbidade administrativa, na semana passada.

O presidente da CPI da Covid, senador Omar Aziz (PSD-AM), afirmou ontem que a comissão vai solicitar informações ao diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Maiurino, para saber se o presidente Jair Bolsonaro avisou de supostas irregularidades na compra da vacina Covaxin.

"Acabei de pedir ao delegado da Polícia Federal que trabalha com a gente para pedir informação ao diretor-geral da Polícia Federal, para saber se houve inquérito para investigar essa questão da Covaxin", disse o presidente da CPI.

Ontem, Omar Aziz informou que o deputado Luís Miranda chegou a procurar a CPI para dizer que o irmão, quando gestor do Ministério da Saúde, tinha sido "pressionado" - e que o fato também tinha sido **comunicado** a Bolsonaro.

De acordo com o senador, a comissão também votará a quebra de sigilo da empresa Madison Biotech, que estaria envolvida no contrato de aquisição como fornecedora da Covaxin.

CPI quer saber se presidente pediu à PF investigação sobre a vacina

"Essa Madison Biotech está em Singapura, eles queriam que depositasse o dinheiro em Singapura. Isso aí, a gente já vai mandar quebrar o sigilo", declarou Aziz. Já o ministro-corregedor do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, afirmou que há "questões nebulosas" no contrato de aquisição da vacina Covaxin. "É um assunto que precisa ser esclarecido, e não vai aqui qualquer pré-julgamento, mas as questões nebulosas que cercam esse contrato precisam ser esclarecidas", afirmou Dantas.

Justiça tributária (3)

As discussões sobre a correção das alíquotas do Imposto de Renda evidenciam as distorções do sistema tributário brasileiro, que, historicamente, pesam a mão justamente sobre as parcelas com menor renda e patrimônio. Algo que, em economês, é chamado de "regressividade", não se podendo ignorar que, para custear uma máquina pesada e cara, os índices não são corrigidos devidamente em relação à inflação.

A proposta corrente de ampliar a faixa de isenção de R\$ 1.903,98 para algo em torno de R\$ 2.400 sequer chega perto da defasagem acumulada desde que o atual sistema começou a vigor, há 25 anos. O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Sindifisco) calcula que a diferença entre as variações do IPCA e das alíquotas do IRPF chegou a 113,09%. Seguindo esse cálculo, quem recebesse até R\$ 4.057 deveria ser isento. Mas isso não ocorre sem custo. Elevar para R\$ 3.000, como prometido pelo governo durante a campanha presidencial, significaria uma perda de R\$ 30 bilhões em receita. Para dar conta de uma correção mais modesta -a primeira desde 2015 -, a equipe econômica avalia índices menores para as faixas de renda superiores e tributação de dividendos pagos aos acionistas.

Contudo, ajustes pontuais não solucionarão o problema da regressividade ou da necessidade do fluxo constante e seguro de recursos para investimentos no país. Isso será conseguido apenas com uma reforma tributária que leve em conta não interesses setoriais ou pressões de grupos já privilegiados. É preciso espírito republicano dos Três Poderes para colocar à frente o interesse da sociedade e promover um sistema com equidade, sem extorquir os menos favorecidos nem desestimular aqueles que investem suor e recursos para desenvolver o país.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15967>

Idosa é resgatada após 60 anos de "escravidão"

FISCALIZACAO EM RIO VERMELHO

Sem salário, folga, férias nem carteira assinada e vivendo em condições precárias. Essa era a situação de quatro pessoas que foram resgatadas após uma ação de fiscalização em uma fazenda na zona rural de Rio Vermelho, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais. Entre elas está uma idosa de 83 anos, que havia 60 vivia em situação análoga à escravidão.

A ação foi realizada em conjunto pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), pela Auditoria Fiscal do Trabalho do Ministério da Economia e Polícia Rodoviária Federal (PRF). A força-tarefa foi montada após uma denúncia relatar a situação da idosa. Além dela, foram encontrados os outros três trabalhadores. Após a equipe constatar as condições análogas à escravidão dos trabalhadores, eles foram resgatados e encaminhados a uma rede de proteção especial do município, serão inscritos em programas sociais e foram emitidas guias para o recebimento do seguro-desemprego.

Não foram divulgados os nomes das vítimas nem dos proprietários da fazenda. O Ministério Público informou que negocia com o dono da fazenda o pagamento das verbas salariais, rescisórias e indenizatórias dos quatro trabalhadores, além de compensação pelos danos sociais "decorrentes da gravíssima conduta praticada".

Segundo texto publicado no site do MPT, o procurador Fabrício Borela Pena, que atuou na fiscalização, contou que essas pessoas também não recebiam remuneração ou 13º salário, não havia depósito de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) nem de contribuição previdenciária. Também não havia limitação da jornada de trabalho, exames médicos, medidas de gestão de trabalho rural nem equipamentos de proteção individual (EPIs).

A fiscalização ainda constatou moradia rural sem condições de segurança, conforto e higiene, sem armários individuais e local adequado para armazenamento e preparo das refeições.

TRABALHO DESDE OS 12 De acordo com o Ministério Público do Trabalho, a idosa de 83 anos morava na fazenda desde os 12, após se mudar para o local com a mãe. Segundo Fabrício Pena, ela

realizou serviços domésticos por toda a vida. "Jamais foi reconhecida como trabalhadora: nunca recebeu salário, nunca tirou férias, não tinha limitação de jornada, folga semanal ou intervalos. Trabalhou por, no mínimo, 60 anos em favor da família do proprietário, preparando as refeições, limpando e organizando a casa, lavando e passando roupas, cuidando das crianças, entre inúmeras outras tarefas", explicou o procurador, segundo o MPT.

"Nos últimos anos, com o avançar da idade, ela já não tinha condições físicas de trabalhar com a mesma intensidade, de modo que o proprietário passou a contratar pessoas para realizar o trabalho doméstico em alguns dias da semana. No entanto, ela nunca parou totalmente de trabalhar na casa", disse.

A idosa recebia dinheiro contado para pagar despesas específicas e inevitáveis, como gastos com a saúde. A maior parte das roupas dela eram doadas pela família do dono da fazenda. Sem renda, ela tinha pouquíssimos pertences e de pouco valor, a maioria para higiene pessoal. Sua contribuição para a **Previdência Social** nunca foi recolhida e ela não se aposentou. A equipe da fiscalização encontrou a idosa debilitada, com uma ferida na perna e dificuldades para se locomover.

Outro trabalhador resgatado tem 49 anos e estava na fazenda há mais de 30, nas mesmas condições. Com deficiência auditiva, ele trabalhava todos os dias, sem descanso semanal, sem salário regular nem férias. De acordo com Fabrício Pena, do MPT, o quarto em que vivia o trabalhador estava em condições precárias de conforto, higiene, limpeza, organização, arejamento e iluminação.

"O trabalhador dormia em uma cama de madeira, com colchão encardido e empoeirado, roupas de cama gastas e sujas. Não havia armário para guarda de pertences, com objetos espalhados por todo o quarto e roupas amontoadas em um varal improvisado", narrou. Ainda segundo Pena, embora houvesse janela, ela era mantida sempre fechada, "de modo que o cômodo era impregnado por forte cheiro de mofo, com muita poeira e sujidade". O teto, o piso, as portas e o pouco mobiliário existente estavam deteriorados e sujos. "Dentro do quarto ainda eram deixadas diversas ferramentas de trabalho, como facões, enxadas, garrafas, etc.", informou.

PERCURSO A PÉ Os outros dois trabalhadores resgatados pela força-tarefa na operação são um casal que vivia com três filhos em condições inadequadas e em uma área de difícil acesso. O marido tem 42 anos e trabalhava na fazenda havia 13, e a esposa, de 50, passou a atuar no local há três meses. Para ir e voltar da fazenda, eles caminhavam por cerca de três quilômetros em cada trecho, passando por uma pinguela que construíram, ou atravessavam um riacho com água na altura dos joelhos. Quando o curso d'água sobe, eles ficam isolados.

"A casa em que residem é de pau a pique, subdimensionada, com diversas frestas no telhado que permitem a entrada de animais peçonhentos. Há fiação exposta e improvisada, com riscos de choques elétricos. Não há local adequado para guarda de alimentos. A água é retirada de uma pequena cisterna que não possuía vedação adequada, permitindo a queda de matéria orgânica e até pequenos animais e insetos, tornando a água imprópria para consumo, uma vez que não passa por qualquer processo de purificação ou filtragem", detalhou o procurador do MPT em Minas.

Novos golpes do FGTS já fazem 55 vítimas todo dia

Ludmila Azevedo, Rodrigo Péret

Os golpes por dispositivos eletrônicos estão cada vez mais comuns, já que grande parte das pendências bancárias e financeiras estão sendo resolvidas com a tecnologia.

Nos últimos seis meses, novos golpes envolvendo o saque do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) já enganaram cerca de 10 mil no Espírito Santo, de acordo com o especialista em segurança digital Eduardo Pinheiro. Todos os dias, 55 pessoas clicam em links falsos no Estado.

"Os criminosos usam recursos como o WhatsApp ou até mesmo o e-mail para propagar as armadilhas: falsas mensagens, passando-se por órgãos oficiais, como a Caixa Econômica ou Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**)", relatou Pinheiro.

Quando clica no link, a pessoa é redirecionada para um site falso que solicita informações pessoais e bancárias. No caso do FGTS, o site imita as cores da Caixa para convencer a vítima de que aquele é o portal oficial.

De janeiro a maio, o aumento de detecções deste golpe foi de 68%, segundo o dfndr lab, laboratório especializado em segurança digital. O levantamento indica que deve haver um aumento no número de pessoas que clicam nos links falsos, por causa do novo calendário de saques do benefício.

O diretor do dfndr lab, Ernilio Sirnoni, explica que a vítima pode ter uma série de prejuízos se informar seus dados ao site malicioso.

"A vítima fica vulnerável ao roubo dessas informações pessoais, que além de facilitar o saque indevido do benefício, podem ser usadas pelo cibercriminoso para realizar a assinatura de serviços online e até para abrir contas em bancos", ressaltou.

E enquanto as vítimas continuarem compartilhando o falso site com seus contatos, os golpes vão continuar crescendo. Justamente para garantir que isso aconteça, o falso portal da Caixa pede o compartilhamento do link malicioso com seus contatos, como uma suposta garantia para o recebimento de até R\$ 3.900 do FGTS.

"Para quem clicou no link e passou suas informações, meu conselho é mudar a senha do banco, registrai-ocorrência na delegacia e instalar um antivírus no smartphone. O antivírus reconhece quando o site é falso ou não é seguro, e alerta para que você não divulgue seus dados ali", recomendou Eduardo Pinheiro.

O conselho também vale para quem acessou o site, mas não compartilhou seus dados. E interessante ter esses hábitos de segurança, pois há outros golpes em que, se o link é acessado, um vírus é baixado para roubar as informações do celular.

Engenharia social é usada para enganar a população

Mesmo nas fraudes envolvendo a tecnologia, os criminosos usam a "engenharia social" para enganar as vítimas. Trata-se da arte de manipular os sentimentos e as emoções humanas para convencer as pessoas de que alguém ou algum site é confiável.

"Para dar ainda mais veracidade a esse golpe do FGTS, os criminosos simulam falsos comentários de pessoas que teriam obtido sucesso em receber o benefício. Não é uma metodologia nova, muito pelo contrário, a cada oportunidade isso é repaginado pelos golpistas", afirmou Ernilio Simoni, diretor do dfndr lab.

Esse tipo de estratégia é utilizada em outros tipos de golpe, como os aplicativos por telefone, quando o criminoso consegue fazer com que a vítima acredite no que ele diz. Fraudadores experientes conseguem convencer as pessoas de que sequestraram um familiar, ou de que são funcionários do banco confirmando informações.

"Qualquer estratégia de manipulação mental para aferir algum benefício é considerada engenharia social", completou o especialista Eduardo Pinheiro.

Comissão aprova projeto que obriga INSS a pagar auxílio-doença após 60 dias

A Comissão de **Seguridade Social** e Família da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 4708/20, que obriga o Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) a pagar o auxílio-doença, no valor de um salário mínimo (R\$ 1.100, atualmente), se a perícia médica não for realizada em 60 dias.

Segundo o texto aprovado, o pagamento será feito desde que o segurado cumpra os requisitos de carência mínima exigida e apresente o atestado médico.

Relatora no colegiado, a deputada Tereza Nelma (PS-DB-AL) concordou com os argumentos do autor, deputado Domingos Sávio (PSDB-MG), e apresentou parecer pela aprovação da proposta, que altera a Lei de Benefícios da **Previdência Social**.

A deputada argumenta que o projeto toma permanente a regra prevista atualmente na Lei 14.131/21 que, por conta da pandemia de Covid-19, já permite o acesso do segurado do **INSS** ao benefício auxílio-doença sem a necessidade de perícia médica presencial, bastando a apresentação de atestado médico e outras documentos que comprovem a doença causadora da incapacidade.

"A medida assegura o recebimento de um salário-mínimo mensal enquanto o segurado aguarda a realização de perícia médica, mesmo no período após a situação de calamidade pública que vivemos", destaca a relatora. A proposta prevê que o auxílio-doença poderá ser cancelado após a realização da perícia, cabendo ao segurado recorrer.

Tramitação

O projeto será ainda analisado, em caráter conclusivo, pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Site:

https://issuu.com/jornalalobrasilia/docs/ano_14_edic_a_o_3215

PF cumpre mandados contra fraude na Previdência

A Polícia Federal deflagrou ontem uma operação, em conjunto com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, para desarticular um grupo criminoso que fraudava benefícios previdenciários em diversos estados do Brasil. Foi apurado que o esquema deu um prejuízo de R\$ 31 milhões aos cofres da União.

De acordo com a PF, a operação Senha Forte cumpriu três mandados de busca e apreensão e três mandados de prisão temporária, expedidos pela Justiça da Bahia para as cidades de Guarulhos, Ferraz de Vasconcelos e São Paulo, todas no estado de São Paulo. Ainda segundo a PF, os alvos são pessoas que tinham por função arregimentar falsos dependentes nos estados, incluindo a Bahia.

Delegado responsável, Marcelo Siqueira explicou que os investigados utilizavam senhas de diversos servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). A PF não acredita que os servidores estejam envolvidos no esquema e apuram de que maneira o grupo conseguiu os dados de acesso ao sistema da Previdência. Os envolvidos responderão por associação criminosa, estelionato previdenciário e inserção de dados falsos em sistemas de informações, com penas de até 30 anos de prisão.

Site:

<https://impresso.correio24horas.com.br/html5/reader/production/default.aspx?pubname=&pubid=11ae599c-2d02-4148-a861-8c13df1a8642>

INSS: mais atrasos à vista

Martha Imenes

Os servidores do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) vão ganhar pontos até quando negarem ou colocarem requerimento de benefício em exigência. Pelo menos é o que mostra a Portaria 1.286 de 5 de abril que o Extra teve acesso. Na última segunda-feira, o **INSS** publicou uma outra portaria (1.315) criando um projeto-piloto para bater metas de atendimento presencial por 60 dias nas Agências da **Previdência Social** (APS).

As metas serão de 4,27 pontos diários, para quem tiver jornada de 40 horas semanais, e de 3,20 pontos, para 30 horas. Embora esteja previsto para começar no dia 1º de julho, o programa ainda não está totalmente fechado.

Um gestor do **INSS**, que pediu para não ser identificado, avalia que a criação das Ceabs (Centrais Especializadas de Análises de Benefícios), que desvinculou os processos de suas respectivas gerências executivas, acabou acarretando mais atraso nas concessões por não levar em conta as particularidades de cada local.

- O servidor do Rio, por exemplo, pode encontrar dificuldade para concluir uma aposentadoria rural, mesmo que ganhe pontos. Servidores colocam esses processos numa espécie de reserva e vão pegando os mais fáceis para poder ganhar pontos (e bônus, no caso de quem faz parte do BMOB). E isso está gerando indeferimentos muito grande por conta do pagamento bônus. Afinal, é mais fácil indeferir um processo e ganhar o dinheiro logo do que concluir, que pode levar mais tempo-adverte.

Paulo Bacelar, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP), alerta para o aumento no prazo das análises.

- Uma pessoa que vai fazer uma revisão pode esperar até 1 ano para ter o processo analisado por três, quatro servidores diferentes-critica Paulo Bacelar, diretor do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP).

Na portaria, tem o detalhamento das tarefas e as pontuações. A tabela mostra que a pontuação pode ser antecipada em 0,80 ou 0,20 em alguns casos. No caso da aposentadoria da pessoa com deficiência, que vale 1,45 por tarefa concluída, o servidor terá antecipado 0,80.

Procurado, o **INSS** não se pronunciou. Fontes da autarquia avaliam que o programa, ao criar bônus apenas para uma parcela dos servidores, cria dois tipos de servidores e pode não vingar.

-

Bolsonaro veta dispensa de carências

Os pacientes com lúpus e epilepsia terão que ter feito pelo menos 12 contribuições previdenciárias para terem direito a requerer auxílio-doença e aposentadoria por invalidez no Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). O presidente Jair Bolsonaro vetou o Projeto de Lei (PL) 7.797/2010, que previa a inclusão das doenças na lista que dispensa do prazo de carência para concessão dos benefícios no **INSS**. O Congresso pode derrubar o veto. Para isso, precisa de 257 votos de deputados e 41 de senadores.

Procurado pelo EXTRA, o Ministério da Economia informou em nota que "manifestou-se pelo veto porque, apesar da boa intenção do legislador, a medida tem um problema jurídico, ao criar despesa obrigatória sem apresentar a estimativa do respectivo impacto orçamentário e financeiro".

-

Novo critério para BPC

O Benefício de Prestação Continuada (BPC), a partir de 1º de janeiro do ano que vem, terá novos critérios de renda para concessão de um salário mínimo mensal aos idosos com 65 anos ou mais e às pessoas com deficiência de qualquer idade. A Lei nº 14.176 também prevê mecanismo para alcançar a emancipação, concedendo meio salário mínimo a quem receber o benefício e conseguir se inserir no mercado de trabalho.

Caso perca o emprego, o BPC é automaticamente reimplantado. Essa última medida passa a valer a partir de 1º de outubro deste ano.

Atualmente, para ter direito ao BPC a renda familiar per capita de quem solicita o benefício deve ser inferior a um quarto do salário mínimo, ou R\$ 275. Com a nova lei, o rendimento pode ser igual a um quarto do salário mínimo.

Há ainda a abertura para casos excepcionais, em que

a renda por pessoa na família pode chegar a meio salário mínimo (R\$ 550). Em abril deste ano, o BPC foi concedido a 4,65 milhões de beneficiários, sendo 2,55 milhões de pessoas com deficiência e 2 milhões de idosos.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

R\$ 550 para ex-beneficiários do BPC

SÃO PAULO (Folhapress) - O governo vai pagar a partir de outubro um benefício de meio salário mínimo (R\$ 550) para pessoas com deficiência que deixaram de receber o BPC (Benefício de Prestação Continuada) e conseguiram emprego, de acordo com lei 14.176 publicada ontem no Diário Oficial da União.

O BPC é um benefício assistencial pago por meio do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) para idosos a partir de 65 anos de baixa renda e a pessoas com deficiência.

Para ter direito ao auxílio-inclusão, o cidadão precisará ter parado de receber o BPC até cinco anos antes de conseguir o emprego formal, cuja remuneração mensal não pode superar dois salários mínimos (R\$ 2.200). Ainda há a exigência de que a renda mensal por pessoa da família do beneficiário atenda os critérios para o recebimento do BPC -sem contar o valor do auxílio-inclusão recebido por ele ou por outro membro da família.

INSS depositará os benefícios

Os pedidos do novo auxílio deverão ser apresentados ao **INSS**, que também ficará responsável pelo depósito dos valores aos contemplados. Os critérios para o acesso ao BPC também foram parcialmente modificados pela lei publicada ontem. De modo geral, continua valendo a exigência de que a renda por pessoa esteja limitada a um quarto do salário mínimo, o que em valores deste ano representa R\$ 275. Houve um ajuste na redação para evitar que a família com renda igual ao valor-limite não possa receber o benefício.

Site: <https://www.folhape.com.br/edicao-imprensa/1831/24-06-2021/>

Prorrogação do auxílio deve ser anunciada até sexta, diz Guedes

Governo também quer reformular Bolsa Família até o fim deste ano

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que o presidente da República, Jair Bolsonaro, deve anunciar ainda nesta semana a renovação por mais três meses do auxílio emergencial, até outubro. "O presidente deve anunciar, talvez ainda nesta semana, mais três meses de auxílio", afirmou Guedes

De acordo com a jornalista Carla Araújo, do portal Uol, a extensão do benefício deve ocorrer via uma Medida Provisória (MP), que deve manter o valor das parcelas entre R\$ 150 e R\$ 375, como ocorre atualmente. A versão atual do auxílio emergencial teve início em abril deste ano e deve ir até o fim de julho. A previsão é que, com a prorrogação, o pagamento ocorra em agosto, setembro e outubro - dando lugar, então, para a reformulação do Bolsa Família, em gestação pelo governo federal.

Segundo Bolsonaro, a nova versão do programa social contemplaria cerca de 18 milhões de famílias. No último dia 15, em entrevista, o presidente afirmou que a previsão é que o pagamento aos beneficiários do Bolsa Família também tenha um aumento. "A ideia é dar um aumento de 50% para ele em dezembro. Passaria de, em média, R\$ 190 para R\$ 300", afirmou, à época.

RENDA CIDADÃ. O programa social deve mudar de nome e passar a se chamar Renda Cidadã, em vez de Bolsa Família. De acordo com o "Estadão", o benefício médio deve ser menor do que o prometido pelo presidente, ficando em torno de R\$ 250. O programa terá um custo total de R\$ 51,51 bilhões para 2022.

O gasto total já inclui, além do benefício básico, outros benefícios adicionais que estarão dentro do programa: auxílio creche, um benefício para os órfãos da Covid-19 e bônus atrelados aos desempenhos escolar e esportivo, entre outros.

Além disso, o governo deve anunciar em breve um programa de incentivo ao emprego para os mais jovens. O Bônus de Inclusão Produtiva (BIP) prevê benefício entre R\$ 250 e R\$ 300 para pessoas entre 18 e 21 anos que saem da universidade para trabalhar em escolas técnicas ou empresas e se qualificarem. "Damos esse valor de um lado, e a empresa dá esse

mesmo valor de outro lado", afirmou o ministro Paulo Guedes ontem. "Seria um treinamento no trabalho", disse. (Com agências)

Pessoas com deficiência sem BPC vão receber meio salário

O governo vai pagar a partir de outubro um benefício de meio salário mínimo (R\$ 550) para pessoas com deficiência que deixaram de receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e conseguirem emprego, de acordo com Lei 14.176, publicada ontem.

O BPC é um benefício assistencial pago por meio do **INSS** para idosos a partir de 65 anos de baixa renda e a pessoas com deficiência. Para ter direito ao auxílio-inclusão, o cidadão precisará ter parado de receber o BPC até cinco anos antes de conseguir o emprego formal, e a remuneração mensal não pode superar dois salários mínimos (R\$ 2.200).

Ainda há a exigência de que a renda mensal por pessoa da família do beneficiário atenda os critérios para o recebimento do BPC. Os pedidos deverão ser apresentados ao **INSS**, que também ficará responsável pelo depósito dos valores aos contemplados.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15967>

Empréstimo consignado lidera ranking de reclamações; veja dicas para não cair em armadilhas

Por Marta Cavallini, G1

O empréstimo consignado se tornou o serviço financeiro com maior número de reclamações no país. No primeiro trimestre deste ano, a modalidade foi a que teve o maior número de queixas procedentes no levantamento do Banco Central.

Do total de 26.700 registros contra bancos e financeiras, 6.798 são referentes à oferta ou prestação de informação sobre crédito consignado de forma inadequada. Ou seja, o empréstimo correspondeu a 25,5% do total.

Nessa modalidade de empréstimo, a prestação é descontada do salário ou da aposentadoria todos os meses. Só pode pedir quem é funcionário com carteira assinada, servidor público ou aposentado e pensionista do **INSS**.

Outro levantamento do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) mostra que, em 2020, as ocorrências envolvendo o crédito consignado também ficaram em primeiro lugar. A pesquisa foi feita com base nos dados disponíveis no portal Consumidor.gov.br e no Banco Central.

Entre as reclamações estão empréstimos não autorizados, cobrança por produtos que não foram contratados e descontos indevidos na folha de pagamento, segundo a entidade.

Na plataforma Consumidor.gov.br, o aumento foi de 126% nas queixas referentes ao empréstimo consignado, um salto de 39.012 em 2019 para 88.246 registros em 2020. E a modalidade correspondeu a 27,5% do total de reclamações (320.887) no ano passado.

Quando são analisados os principais problemas, a cobrança por serviço/produto não contratado/não reconhecido/não solicitado referente ao consignado teve um salto de 441% no número de reclamações - de 3.802 em 2019 para 20.564 em 2020. Veja abaixo:

Ranking de reclamações de serviços financeiros na plataforma consumidor.gov.br - Foto: Reprodução/Idec

No ranking do Banco Central, houve aumento de 56% nos registros - de 9.010 em 2019 para 14.049 no ano seguinte. Em 2020, o consignado foi responsável por 16,6% do total de 84.825 reclamações.

Veja os 5 serviços financeiros com maior número de reclamações no 1º trimestre de 2021, segundo o BC:

Oferta ou prestação de informação sobre crédito consignado de forma inadequada: 6.798 Irregularidades relativas à integridade, confiabilidade, segurança, sigilo ou legitimidade dos serviços relacionados a operações de crédito: 3.226 Irregularidades relativas à integridade, confiabilidade, segurança, sigilo ou legitimidade das operações e serviços disponibilizados em internet banking: 2.248 Irregularidades relativas à integridade, confiabilidade, segurança, sigilo ou legitimidade das operações e serviços relacionados a cartões de crédito: 1.920 Irregularidades relativas à integridade, confiabilidade, segurança, sigilo ou legitimidade das operações e serviços, exceto as relacionadas a cartão de crédito, cartão de débito, internet banking, ATM, credenciadora e operação de crédito: 1.582

Os abusos praticados durante a pandemia demonstram o desrespeito ao consumidor, principalmente no contexto da crise sanitária e econômica sem precedentes que nos assola. A população sofre com a crise, com a diminuição de renda e com o isolamento social. Nesse momento, torna-se mais necessária a atuação de instituições financeiras responsáveis, diz a economista e coordenadora do programa de Serviços Financeiros do Idec, Ione Amorim.

O instituto destaca que, em 2020, os principais bancos do país concederam R\$ 419 bilhões em crédito consignado, 11% do volume total de concessões de crédito para pessoas físicas, volume foi 14% superior às realizadas em 2019.

O Idec alerta para a falta de segurança com os dados dos consumidores, que têm suas informações compartilhadas sem consentimento prévio e, assim, se tornam vulneráveis a fraudes.

"Não há dúvidas de que a vulnerabilidade financeira de grande parte da população, somada à agressividade na oferta de crédito, colabora para o endividamento de mais de 60 milhões de brasileiros", informa.

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) informa que 48 correspondentes bancários foram punidos no mês de abril por causa de reclamações de clientes relacionadas a problemas na oferta do crédito consignado.

Segundo a entidade, desde a entrada em vigor da chamada Autorregulação para o Crédito Consignado, para dar mais transparência à oferta de crédito consignado e combater o assédio comercial e as más práticas relacionadas ao produto, foram aplicadas 436 sanções em razão de reclamações de consumidores sobre oferta irregular do produto - 219 correspondentes foram advertidos e 196 tiveram as atividades suspensas. Outros 21 tiveram a atuação interrompida permanentemente.

Idec notifica **INSS**

De acordo com o Idec, o crédito consignado possibilita o empréstimo com juros mais baixos, em especial para aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), que são os que mais sofrem com o assédio das instituições financeiras. Por isso, a entidade notificou e cobrou soluções do **INSS** para que as fraudes sejam combatidas.

Em ofício enviado no último dia 17 de junho, o Idec ressalta a importância de estabelecer regras para o crédito consignado e chama atenção para a ausência de mecanismos de prevenção de fraude e para o fato de a solução para as reclamações ser insuficiente.

Entre as exigências da entidade estão o aprimoramento de informações disponíveis no site e aplicativo Meu **INSS**; a melhora nos mecanismos de acesso e solução às reclamações, em especial, pelo telefone 135; e realização de campanhas para alertar beneficiários que podem ser vítimas de potenciais fraudes.

A assessoria do **INSS** informou que o instituto está em discussão com o Conselho Nacional da Previdência (CNPS) e a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon). A primeira reunião do grupo de trabalho de conselho estava prevista para quarta-feira (23) para discutir o empréstimo consignado.

Dicas para não ter dor de cabeça

O Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDP) aponta o alto número de denúncias de segurados do

INSS que recebem ofertas de consignados logo após terem a aposentadoria ou qualquer benefício previdenciário concedidos e também referentes a empréstimos fraudulentos feitos em seu nome.

Joseane Zanardi Parodi, coordenadora adjunta do IBDP, aponta que, mesmo com a Lei Geral de Proteção de Dados, o vazamento de dados continua. "Inclusive com bloqueio do número do celular no site www.naomeperturbe.com.br, a situação permanece, pois cada hora a ligação é feita de um número", diz.

O "Não me Perturbe" é uma ferramenta na qual o consumidor pode proibir instituições financeiras e correspondentes bancários de entrar em contato por meio telefônico para oferecer crédito consignado.

De acordo com a Febraban, entre 2 de janeiro e 30 de abril, 1.526.890 de pessoas solicitaram o bloqueio telefônico por meio da ferramenta para não receber ofertas de consignado. A maior quantidade de pedidos foi realizada por moradores dos estados de São Paulo (30,4%), Rio de Janeiro (11,4%) e Minas Gerais (11,4%).

Segundo Joseane, o incômodo aos beneficiários é diário e se torna pior quando constatam que foi feito um empréstimo sem a sua ciência, percebendo somente quando verificam o desconto no extrato de pagamento.

Isso acontece ainda mesmo com as regras estabelecidas pelo **INSS** em 2019. Os recém-aposentados só podem receber ofertas de empréstimo consignado 180 dias após a concessão do benefício. E nos primeiros 90 dias, a conta do aposentado fica bloqueada para a contratação de empréstimos.

As instituições financeiras que violam as regras estão sujeitas a suspensão e rescisão de contratos com a Previdência. Por isso, os segurados podem denunciar a instituição ao **INSS**, seja na ouvidoria do órgão, na central de teleatendimento 135, pelo site Meu **INSS** ou pessoalmente em qualquer agência.

Para evitar esses problemas, a coordenadora do IBDP sugere:

Bloqueio: é possível bloquear o benefício previdenciário para realização de empréstimo consignado no site ou aplicativo meuinss.gov.br ou pelo telefone 135. Cadastro no "não perturbe": o beneficiário do **INSS** deve cadastrar os números dos telefones no site naomeperturbe.com.br para evitar o recebimento de ligações. Reclamação no Consumidor.gov.br e no Procon: se as ligações não cessarem, o beneficiário pode também registrar reclamação no site www.consumidor.gov.br para gerar

estatística e identificar a instituição bancária que está desrespeitando o pedido de não perturbe. Além disso, recomenda-se registrar reclamação no Procon local. Boletim de ocorrência: se não houve interrupção das ligações perturbadoras ou se for verificado que houve empréstimo consignado sem consentimento do beneficiário, também deverá registrar boletim de ocorrência para que sejam investigados crimes de acesso indevido a dados pessoais, bem como importunação e fraude. Ação judicial: caso o empréstimo consignado não tenha sido efetuado pelo beneficiário, ele deverá procurar um advogado especializado para ingressar com pedido de liminar para suspender os descontos e dano moral por toda a dor de cabeça contra o **INSS** e a instituição financeira responsável. A advogada lembra que é importante destacar a importância de registrar as reclamações para que seja apurado como esses dados chegam aos bancos e quais estão cometendo as infrações.

Veja dicas do **INSS**:

Não contrate empréstimos pelo telefone; Nunca dê seu CPF nem o número do cartão do **INSS** para quem quer que seja; Leia com atenção cada documento antes de assinar; Se algum dinheiro não esperado aparecer em sua conta, veja a origem e entre em contato com a instituição para devolver o valor recebido; Monitore os valores da aposentadoria e do empréstimo consignado no site Meu **INSS**.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/06/24/emprestimo-consignado-lidera-ranking-de-reclamacoes-veja-dicas-para-nao-cair-em-armadilhas.ghtml>

INSS paga hoje 2ª parcela antecipada do 13º de aposentados; veja quem ganha

Do UOL, em São Paulo

Começa a cair nesta quinta-feira (24) o pagamento da segunda parcela do 13º salário de aposentados e pensionistas do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). A primeira parte já foi paga entre 25 de maio e 8 de junho .

O governo antecipou os pagamentos em três meses neste ano por causa da crise econômica causada pela pandemia. Normalmente, o benefício é pago entre agosto e setembro.

O desconto do Imposto de Renda , nos casos em que o imposto é devido, é feito nesta segunda parte.

As datas de pagamento variam conforme o valor da aposentadoria e o número final do benefício. O pagamento nesta quinta é para quem recebe um salário mínimo e tem o número 1 como final do benefício.

Nos próximos dias, será pago o 13º para quem tem outros números no final do benefício (final 2 na sexta-feira, final 3 na segunda-feira e assim por diante). Para quem recebe acima de um salário mínimo, o pagamento começa em 1º de julho.

Veja a seguir o calendário de pagamento da segunda parcela:

Para quem ganha até um salário mínimo

Final 1 - 24/6

Final 2 - 25/6

Final 3 - 28/6

Final 4 - 29/6

Final 5 - 30/6

Final 6 - 1º/7

Final 7 - 2/7

Final 8 - 5/7

Final 9 - 6/7

Final 0 - 7/7

Para quem ganha mais de um salário mínimo

Final 1 e 6 - 1º/7

Final 2 e 7 - 2/7

Final 3 e 8 - 5/7

Final 4 e 9 - 6/7

Final 5 e 0 - 7/7

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/06/24/inss-segunda-parcela-13-aposentados.htm>

São necessários ajustes na reforma administrativa (3)

É urgente a aprovação de uma reforma administrativa para aperfeiçoar a gestão do setor público, tomado por uma barafunda de carreiras, cargos e benesses que transformou o Estado numa máquina de gerar desigualdade. Outro objetivo da reforma é, naturalmente, garantir a melhora da saúde fiscal. O perigo, quando se trata de tema tão complexo e cheio de meandros, mora nos detalhes.

É o que deixa claro uma nota técnica elaborada pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf), do Senado Federal, sobre o impacto fiscal da proposta enviada pelo governo ao Congresso. É verdade que ela adota um tom desnecessariamente crítico ao projeto -em particular, em relação aos pontos essenciais que procuram eliminar privilégios inaceitáveis do funcionalismo. Mesmo assim, certas questões levantadas pelo consultor legislativo Vinícius Leopoldino do Amaral são pertinentes e deveriam ser revistas pelo Congresso.

A principal: a proposta de mudar as regras para ocupar cargos em comissão e de confiança poderá fazer com que os governos federal, estaduais e municipais tenham 1 milhão - sim, 1 milhão -de postos para livre nomeação, um acréscimo de, pelo menos, 207 mil ao total atual. Mais que isso, a proposta afrouxa os critérios de nomeação, deixando de exigir qualificação mais rígida e abrindo brechas em áreas técnicas.

É totalmente discutível a estimativa de Amaral de que o projeto do governo poderia custar R\$ 115 bilhões anuais aos cofres do governo. O pesquisador Daniel Duque, do Centro de Liderança Pública (CLP), estimou em R\$ 736,4 bilhões a economia em dez anos, caso a proposta venha a incluir todos os funcionários públicos. De todo modo, a nota técnica da Conorf aponta mudanças que tenderiam a causar prejuízos, seja em virtude de incentivo à corrupção, seja pela perda de eficiência resultante da falta de preparo dos novos contratados.

Um ponto destacado por Amaral é o que veda a concessão de parcelas remuneratórias e indenizatórias a servidores, boa parte privilégios injustificáveis. Amaral lembra que, na maior parte dos órgãos da União, essas regras já mudaram, com as previsíveis exceções da magistratura e do Ministério Público. A incorporação de parlamentares,

procuradores, magistrados e militares à reforma geraria economia de R\$ 31,4 bilhões em dez anos, segundo Duque.

O Ministério da Economia defende a proposta de mudança como uma estratégia para profissionalizar posições de liderança na esfera pública e argumenta que regras mínimas para as contratações devem ser definidas por lei. Alega também que não cabe ao Executivo propor mudanças nas carreiras dos demais Poderes (uma justificativa falha).

Faz sentido atrair talentos da iniciativa privada para o setor público, eficiente em algumas áreas e carente em tantas outras. Mas, como o Brasil é o Brasil, sob o pretexto da meta de maior eficácia, pode haver uma nova expansão dos cabides de emprego. Sempre é bom lembrar que há outras maneiras de tomar o serviço público mais produtivo, como sistemas de promoção com incentivos na direção correta. É, por isso, recomendável que o Congresso faça as correções necessárias no texto, em particular a inclusão de todas as categorias do funcionalismo, e aprove quanto antes uma reforma administrativa ampla.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Investigado pela PF, Salles é exonerado do Meio Ambiente

Agência Estado

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) exonerou, ontem, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. A informação foi publicada no Diário Oficial da União e informa que a exoneração foi a pedido de Salles. No mesmo decreto, Bolsonaro nomeou Joaquim Álvaro Pereira Leite como novo ministro do Meio Ambiente.

Salles é alvo de inquérito, autorizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR), por supostamente ter atrapalhado investigações sobre apreensão de madeira na Amazônia. Ele nega ter cometido irregularidades. "Para que isso (investigação) seja feita de forma mais serena possível, apresentei minha exoneração" disse Salles ao justificar o pedido em entrevista no Palácio do Planalto.

A demissão ocorre um dia depois de Bolsonaro elogiar Salles em evento no Palácio do Planalto. "Parabéns, Ricardo Salles. Não é fácil ocupar seu ministério. Por vezes, a herança fica apenas uma penca de processos. A gente lamenta como por vezes somos tratados por alguns poucos desse outro Poder, que é muito importante para todos nós" disse o presidente durante evento de lançamento do Plano Safra 2021/2022.

O anúncio da troca no Ministério do Meio Ambiente também ocorre no momento em que o governo é acusado de corrupção na compra de vacinas para a covid-19. Em entrevista ao Estadão mais cedo, o deputado Luis Miranda (DEM-DF), aliado do Palácio do Planalto, afirmou ter alertado o próprio Bolsonaro de que havia "corrupção pesada" no Ministério da Saúde envolvendo a compra da Covaxin.

Na ocasião, segundo o parlamentar, o presidente afirmou que procuraria a Polícia Federal para investigar o caso. Apesar do aviso, o governo seguiu com o negócio em que prevê pagar pelo imunizante indiano um preço 1.000% maior do que o anunciado pela própria fabricante seis meses antes.

Gestão polêmica

A gestão de Ricardo Salles no Ministério do Meio Ambiente foi marcada por uma série de polêmicas. Uma das polêmicas de Salles envolve a reunião

ministerial de 22 de abril de 2020, no Palácio do Planalto. Na reunião, Ricardo Salles sugeriu a Bolsonaro que o governo aproveitasse que a atenção da imprensa estava voltada para a pandemia da Covid-19 para "ir passando a boiada" na área ambiental, alterando regras.

Além disso, Ricardo Salles é alvo de inquérito, autorizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), a pedido da Procuradoria Geral da República (PGR), por supostamente ter atrapalhado investigações sobre a maior apreensão de madeira da história. A suspeita foi apresentada pela Polícia Federal. Ao Supremo, a PF disse haver "fortes indícios" de que Ricardo Salles participa de um esquema de contrabando ilegal. Salles nega ter cometido irregularidades.

No Ministério do Meio Ambiente, Salles também entrou em atrito com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) quando o órgão divulgou dados de desmatamento.

O que se sabe sobre denúncia contra o agora ex-ministro

A Polícia Federal deflagrou dia 19 de maio último uma operação que teve como alvo o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, empresários do ramo madeireiro e **servidores públicos**, entre eles o presidente do Ibama, Eduardo Bim. Os investigadores apuram suspeitas de exportação ilegal de madeira.

Segundo a PF, a ação investiga desde janeiro deste ano suspeitas de crimes como corrupção, advocacia administrativa, prevaricação e facilitação de contrabando. A investigação, diz a PF, começou a partir de denúncias feitas por autoridades estrangeiras sobre suposto "desvio de conduta de **servidores públicos** brasileiros no processo de exportação de madeira".

Ao todo, cerca de 160 policiais federais cumpriram 35 mandados de busca e apreensão em endereços no Distrito Federal, em São Paulo e no Pará, alguns deles ligados a Salles.

O ministro também teve quebrado seu sigilo bancário e fiscal. Em resposta, Salles afirmou que a operação é "exagerada, desnecessária", porque ele e os demais envolvidos na investigação "sempre estiveram à

disposição para esclarecer quaisquer questões".

A decisão de Moraes diz que "os depoimentos, os documentos e os dados coligidos sinalizam, em tese, para a existência de grave esquema de facilitação ao contrabando de produtos florestais, o qual teria o envolvimento de autoridade com prerrogativa de foro nessa Suprema Corte, no caso, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles; além de **servidores públicos** e de pessoas jurídicas".

Site: <http://impresso.dm.com.br/edicao/20210624>

Presidente da Câmara defende alteração nas regras já para eleições de 2022 - TRIBUNA

GILVAN MANOEL

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), recebeu o relatório do Código de Processo Eleitoral, resultado do grupo de trabalho que debateu o tema por 60 dias. A relatora, deputada Margarete Coelho (PP-PI), entregou o texto a Lira nesta quarta-feira (23) na residência oficial da Câmara.

Lira deve apresentar o parecer aos deputados na próxima reunião de líderes, prevista para esta quinta-feira (24). Ele quer discutir o tema e votar as alterações na legislação eleitoral de forma que já sejam válidas para as eleições de 2022.

"Trata-se de um projeto de lei complementar bastante elucidativo e completo, para que os líderes possam nos próximos dias analisar com calma todas as alterações propostas para darmos segurança jurídica, previsibilidade, correção judicial e clareza à legislação", explicou o presidente.

"Vamos fazer reuniões sucessivas para política 3 que, em tempo hábil, possamos aprovar esse Código para dar um rumo na legislação eleitoral do País e possamos remeter ao Senado para validar a proposta para as próximas eleições", prosseguiu. Margarete Coelho explicou que falta segurança jurídica nos processos eleitorais como votos e candidaturas anuladas, o que impacta diretamente na decisão do eleitor no momento do voto.

Ela citou algumas propostas previstas no texto como a uniformização de prazos de desincompatibilização e de multas; a definição clara das atribuições da Justiça Eleitoral; os critérios para as penas de inelegibilidade; a atualização da legislação em relação à lei de proteção de dados e o marco regulatório da internet; entre outros pontos. "No palco da democracia, o eleitor é o principal ator, queremos empoderar o eleitor", disse a relatora.

Foco na capital

O prefeito Edvaldo Nogueira afirmou, nesta quarta-feira (23), que não está pensando na disputa eleitoral de 2022 e que está "completamente focado em governar Aracaju". Questionado sobre seu futuro político, em entrevista ao Balanço Geral, na TV Atalaia, o gestor reiterou seu compromisso com a

capital sergipana e destacou que, diante do atual momento enfrentado pelo país, na sua opinião, "todas as discussões sobre eleições só devem ser retomadas a partir do início do ano que vem". "Hoje, todos os meus pensamentos estão voltados para o combate à pandemia. Vivo 24 horas pensando em vencer esta guerra e acredito que todos os políticos brasileiros deveriam fazer o mesmo, porque este é o caminho para vencermos mais rapidamente", defendeu.

Realizações

Edvaldo frisou também respeitar "a todos que estão discutindo a temática", mas que "as discussões virão naturalmente ano que vem" e que, até lá, seguirá colocando seu projeto para a capital sergipana em prática, "realizando ações que transformarão a cidade, em benefício da população aracajuana". "Temos obras para entregar, vamos inaugurar uma escola na semana que vem, e muitos outros projetos para iniciar.

Como disse, até o ano que vem, estou totalmente voltado à nossa capital", reforçou Bloco político Edvaldo afirmou, ainda, que todo o processo para a escolha do candidato que sucederá o governador Belivaldo Chagas, será conduzido pelo próprio Belivaldo. "Até agora, nosso grupo não discutiu sobre essa questão, mas será o governador quem coordenará os trabalhos. Na hora certa, o bloco se reunirá para as definições. O que defendo, e acho fundamental, é que o nosso grupamento, formado hoje pela Prefeitura, Governo do Estado, se mantenha unido, trabalhando para que o candidato que for escolhido, saia vitorioso da disputa no ano que vem", disse.

Folha

O governo do Estado inicia o pagamento da folha de junho na próxima terça-feira (29), quando recebem, os servidores ativos da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e suas Fundações. Os demais servidores recebem na quarta-feira (30), a partir das 14h, quando será concluído o pagamento para todos os 70.702 funcionários públicos estaduais ativos, inativos e comissionados. O pagamento em dois dias diferenciados, iniciando com os servidores da Saúde, tem o intuito de evitar o deslocamento de muitas pessoas aos bancos ao mesmo tempo, devido ao momento ainda crítico da pandemia.

13º Salário

Para os pensionistas e aposentados que recebem até R\$ 6 mil, o Governo realiza, também, o pagamento da 6ª parcela (do total de 10) do 13º salário de 2021, junto com o salário do mês. Aos demais servidores ativos e inativos, aniversariantes do mês de junho, o Governo paga a 1ª parcela do 13º Salário de 2021, de forma proporcional, junto com o salário do mês. A segunda parcela será paga até 20 de dezembro de 2021.

Antecipa

A Prefeitura de Rosário do Catete efetuou nesta quarta-feira (23), véspera de São João, o pagamento dos salários dos servidores municipais da administração direta e indireta referente ao mês de junho. "Neste período de pandemia do novo coronavírus, sabemos das dificuldades enfrentadas pela população, e neste momento adiantamos o salário dos servidores para impulsionar a economia local, que beneficia toda população, além de contribuir para os festejos juninos dos servidores. Claro, os festejos juninos serão comemorados em casa, mas com as devidas medidas preventivas para evitar a disseminação do coronavírus", comentou prefeito interino Magno Viana Monteiro dos Santos.

Revisão salarial

O deputado Iran Barbosa (PT) esclareceu nesta quarta-feira (23), os direitos dos **servidores públicos** quanto à revisão geral anual. Ele explicou que este é um direito garantido pela Constituição Federal. "Diante da situação financeira, das metas que o estado tem alcançado, eu tenho entendido que passou do momento do Governo chamar os sindicatos dos **servidores públicos** para discutirem algum processo de início de recuperação das perdas acumuladas ao longo de quase uma década sem nenhum tipo de reajuste", afirmou.

Distorção

Em sua explanação nesta terça-feira (22) no plenário da Alesse, o secretário de estado da fazenda, Marco Antônio Queiroz, alegou que existe a Lei Complementar 173/ 2020 que proíbe este tipo de iniciativa. O deputado Iran falou que isso é uma distorção. "O reajuste salarial é uma coisa, a revisão geral anual é outra. O tribunal de contas disse que isso pode fazer, não há quem possa impedir. Pode o Governo, se tiver vontade política, fazer", declarou.

Piso salarial

Iran Barbosa disse que participou, na noite de terça-

feira (22), de um debate pelas redes sociais, com o coletivo docente de Aracaju. Foram discutidos diversos temas sobre garantias de direitos para os professores do município. "Foram reforçados durante o debate pontos que são agressivos, quer seja pela negação de pagamento do piso salarial a professores da rede municipal, quer seja por outros direitos que são assegurados no estatuto do magistério municipal e na lei que estabeleceu plano de carreira municipal", afirmou.

Hospital

O deputado federal Gustinho Ribeiro (SD) anunciou a destinação de R\$ 1,1 milhão para o Hospital São Luís Gonzaga, em Itabaianinha. O parlamentar sergipano vem encaminhando recursos para hospitais para que a rede pública de atendimento esteja preparada para a situação pós-Covid. "É importante que tenhamos uma estrutura bem organizada para receber a população durante e, principalmente, após a pandemia. Por isso, estamos destinando esse recurso de mais de R\$ 1 milhão para atender a população da região Sul do Estado", afirmou o deputado Gustinho Ribeiro.

Emergência

Os deputados estaduais voltaram a aprovar, por maioria, nessa quarta-feira (23), em mais uma Sessão Extraordinária Mista, os projetos de decreto legislativo que mantém o Estado de Calamidade Pública em quatro municípios sergipanos até 31 de dezembro de 2021. Pelos Decretos Legislativos da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, aprovados ontem, foram reconhecidas as solicitações dos prefeitos dos municípios de Salgado, Pinhão, Arauá e Itabaiana.

Os municípios Além dos decretos aprovados hoje, até o momento a Alesse já aprovou pedidos de reconhecimento de calamidade pública para os municípios de Boquim, Nossa Senhora do Socorro, Moita Bonita, Pirambu, Aracaju, Nossa Senhora de Lourdes, Laranjeiras, Cedro de São João, Campo do Brito, Cristinápolis, Macambira, Nossa Senhora da Glória, Capela, São Cristóvão, Japarutuba, Amparo de São Francisco, Indiaroba, Riachão do Dantas, Santa Luzia do Itanhy e Umbaúba.

Indígenas

O deputado federal João Daniel (PT/SE) repudiou a colocação em pauta na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara do projeto de lei 490/2007, que ataca frontalmente a demarcação das terras indígenas, abrindo a possibilidade de exploração nas áreas desses povos. O parlamentar, em discurso durante a sessão remota da Câmara nesta quarta-feira (23), manifestou sua solidariedade e respeito aos

indígenas, em especial aos que há mais de uma semana estão em Brasília mobilizados contra a colocação em pauta desse PL e vêm sendo reprimidos.

Crime

João Daniel disse ainda em seu discurso que é um crime de lesa-pátria mexer nas terras indígenas, uma vez que, segundo ele, este governo nunca teve ou tem respeito à população indígena. "Nosso repúdio e solidariedade aos povos indígenas que fazem o acampamento em Brasília e lutam pelo direito dos povos originários pelo direito à vida e a demarcação das terras indígenas", disse, ao repudiar a repressão a qualquer tipo de manifestação, em especial dos indígenas.

Presencial

Em reunião realizada nesta quarta-feira (23), o Gabinete de Crise do TJSE confirmou a Retomada das Atividades Presenciais no Judiciário sergipano para quarta-feira, 30/06 e até 30/07, atendidos os eixos temáticos de Distanciamento Social, Sanitização de Ambientes, Higiene/Proteção Pessoal, Comunicação Efetiva e Monitoramento. O retorno gradativo nesse momento está baseado no mínimo necessário para o atendimento dos serviços essenciais inerentes ao Poder Judiciário, principalmente a questões relativas à área criminal. Além disso, nos dias em que os setores ou unidades jurisdicionais não tiverem nenhum dos atos e atividades presenciais indicados na portaria, poderão adotar o regime de trabalho 100% remoto.

Como fica Retornam até 40%: servidores lotados nos setores de atendimento ao público, conforme definição do gestor da unidade, observando-se sempre o mínimo necessário ao desenvolvimento dos serviços; retornam até 20%: servidores que exercem serviços integralmente virtuais, quais sejam, as demais classes de servidores, com efetivo mínimo de ao menos 01 (um) servidor por unidade jurisdicional ou por setor, por definição do gestor da unidade, observando-se sempre o mínimo necessário ao desenvolvimento dos serviços.

Público

Segundo resolução do TJSE, o horário de funcionamento será normal, mas o de atendimento ao público presencial estará limitado entre 9 às 12h, para as atividades previstas na Portaria 33/2021. Permanece vedado o atendimento presencial ao público externo das entidades parceiras com funcionamento nos prédios do Poder Judiciário (Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil e demais entidades parceiras).

O maior ativo eleitoral que Bolsonaro quer manter - BRASÍLIA - DF

DENISE ROTHENBURG

Com o aumento de menções negativas ao governo nas redes sociais, numa espiral crescente, desde que a CPI da Covid começou, o presidente Jair Bolsonaro quer tirar de cena todos os problemas que possam associar a imagem do governo à corrupção. Neste pacote, estão a demissão de Ricardo Salles do Ministério do Meio Ambiente e, inclusive, o contrato para compra da Covaxin. A ordem é tirar os intermediários na compra da vacina indiana e, se for o caso, buscar um novo contrato direto com o fabricante, tal e qual vem sendo feito com os imunizantes que já chegaram ao Brasil.

» » » Bolsonaro acredita que seu maior ativo para 2022, numa polarização com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, será dizer que, no atual governo, não houve corrupção e que, quando houve suspeita de fatos ilícitos graves, os envolvidos foram afastados e contratos não foram assinados. Os bolsonaristas estão convictos de que, mesmo com as provas contra Lula anuladas por causa da suspeição de Sergio Moro, será possível refrescar a memória do eleitorado sobre o desvio de recursos da Petrobras e a quantidade de pessoas presas à época por causa daquele processo.

Quem manda

Bolsonaro decidiu afastar Salles depois de ser informado que o Supremo Tribunal Federal (STF) poderia requerer o afastamento do ex-ministro. O presidente da República abomina a ideia de ver a Suprema Corte querendo definir quem fica e quem sai no seu governo.

A guerra do Centrão

A bomba detonada pelo deputado Luís Miranda (DEM-DF) tem como pano de fundo a disputa de contratos na saúde por parte de um grupo simpático ao líder do governo, Ricardo Barros (Progressistas-PR), que já foi ministro da pasta e conhece o setor. Não por acaso, há um mês, a turma mais afinada com o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), tentou catapultar Barros do cargo. Bolsonaro bancou o líder.

Modus Operandi

Abraham Weintraub deixou o Ministério da Educação,

em 18 de junho do ano passado, no mesmo dia em que a Polícia Federal prendeu Fabrício Queiroz na casa do advogado Frederick Wassef, que atende a família Bolsonaro. Ernesto Araújo saiu no mesmo dia do afastamento de toda a cúpula da Defesa. Agora, Salles sai do cargo na data em que Luís Miranda apresenta mais um desgaste para o Planalto. Em política, reza a lenda, não há coincidências.

Agora, vai

A suspeição de Moro no caso do triplex no Guarujá, que levou Lula para cadeia, era tudo o que o PT esperava para tentar atrair apoios de outros partidos, em especial, o PSB, que conversa com o ex-ministro Ciro Gomes, pré-candidato do PDT ao Planalto.

CURTIDAS

E o Moro, hein?! Os amigos do ex-ministro dizem que a família dele não quer que seja candidato. O desejo é de levar uma vida mais tranquila e sem muita exposição.

O que Miranda queria/ No elenco de entrevistas e conversas ao longo do dia, Luís Miranda reclamou que foi barrado pelo Planalto para relatar a **reforma tributária**. Isso, porém, não quer dizer que suas denúncias não devam ser averiguadas pelas autoridades competentes.

A desejar/ O fato de o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Onyx Lorenzoni, fazer apenas um pronunciamento, e não abrir espaço para perguntas, reforçou o pedido de convocação dele à CPI da Covid. Há várias perguntas sem respostas.

No meio dessa confusão toda.../ A CPI vai praticamente esquecer os governadores e jogar todos os holofotes na história da Covaxin, inclusive com perspectiva de ampliar o prazo de 90 dias de funcionamento da comissão de inquérito.

Que São João nos ilumine!

Menos imposto e mais auxílio

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse ontem que a **reforma tributária** poderá prever uma alíquota de 10% para a indústria na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo resultante da unificação do PIS/Cofins. A declaração foi dada em evento virtual organizado pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O projeto enviado pelo governo ao Congresso Nacional previa uma alíquota de 12% da CBS para todos os setores. Há duas semanas, em evento com o segmento de serviços, Guedes havia dito que a CBS poderia ter duas alíquotas, uma de 12% para a indústria e outra menor para comércio e serviços.

três meses do auxílio emergencial, até outubro.

As afirmações de Guedes foram feitas em uma live com Josué Gomes e Rafael Cervone, candidatos, em chapa única, à presidência e à primeira vice-presidência da Fiesp, respectivamente. "Pode ser que coloquemos alíquota de 10%", afirmou Guedes. A declaração do ministro foi uma resposta a Gomes, que disse que a entidade tem estudos que mostram que uma alíquota entre 8% e 9% seria "mais do que suficiente" para manter a arrecadação e evitar o aumento de carga tributária.

No evento, Guedes disse que o governo pretende usar o aumento de arrecadação para reduzir **impostos**. Segundo o ministro, a equipe econômica vai usar um crescimento de 3% ao ano como referência e, se o Brasil crescer acima disso, a arrecadação de **tributos** gerada por esse "crescimento extra" será usado para reduzir **tributos**. "É muito mais fácil reduzir **impostos** em ambiente de recuperação econômica" completou. Até o momento, o governo só enviou a CBS ao Congresso dentro do pacote de **reforma tributária**. A expectativa é que a próxima fase contemple mudanças no IR para pessoas físicas e jurídicas, com aumento da faixa de isenção e tributação sobre lucros e dividendos.

Guedes disse ainda que a discussão da criação de um imposto sobre valor agregado (IVA), que reuniria **tributos** estaduais e municipais, poderá ser feita no Senado, após a aprovação, pela Câmara dos Deputados, da proposta de **reforma tributária** enviada pelo governo. "O risco de incluir estados na discussão na Câmara é não aprovar até o fim deste ano. Vamos aprovar o IVA federal na Câmara e integrar estados e municípios no Senado", afirmou.

SOCIAL Paulo Guedes afirmou também que o presidente da República, Jair Bolsonaro, deve anunciar ainda nesta semana a renovação por mais

Deputado que citou suspeitas sobre Covaxin é ex-youtuber pró-Bolsonaro

Washington Luiz Brasília

Polêmica é uma palavra que sempre acompanhou o deputado Luís Miranda (DEM-DF), que afirma ter alertado o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) sobre indícios de irregularidades na aquisição da vacina Covaxin.

Ao longo da sua trajetória, o parlamentar se apresentou como um dos principais defensores da **reforma tributária**, mas precisou dedicar parte do mandato para responder a acusações de estelionato e crimes eleitorais.

Agora, ele pode dar novos rumos para a CPI da Covid, no depoimento marcado para esta sexta-feira (25).

O caso em torno das suspeita da compra da Covaxin pelo governo Bolsonaro foi revelado na Folha na sexta-feira passada (18), com a divulgação do teor do depoimento do irmão do deputado e servidor Luís Ricardo Miranda, do Ministério da Saúde.

O servidor disse em oitiva no Ministério Público Federal que recebeu uma pressão "atípica" para agilizar a liberação da vacina, desenvolvida pelo laboratório Bharat Biotech.

Quando ainda não era deputado, Miranda fazia sucesso nas redes sociais dando dicas de como empreender e conseguir o visto de permanência nos Estados Unidos, onde morava desde 2014.

Nas publicações, ele usava frases como "qualquer um pode ter uma Lamborghini, é só querer" e "imagina você ganhar R\$ 180 mil sem fazer nada" para cativar os seguidores -eram 650 mil apenas no YouTube. Os vídeos sempre exaltavam o estilo de vida americano e comparavam os preços de produtos nos Estados Unidos e no Brasil.

Com esse capital político, mesmo sem morar em Brasília havia quatro anos, ele conseguiu se eleger ao receber 65,1 mil votos nas eleições de 2018 para uma das oito cadeiras reservadas para o Distrito Federal na Câmara.

Na Casa, Miranda atuou como defensor do governo Bolsonaro. Sempre que possível, discursava e dava declarações a favor do presidente.

O deputado, que se autodeclara um "espírito empreendedor" e defende o "corte nos **impostos** para darmos dignidade para o povo brasileiro", também se tornou um dos principais defensores da **reforma tributária**. Ele preside a Frente Parlamentar Mista da **Reforma Tributária**.

Uma PEC de sua autoria propõe mudanças no sistema tributário brasileiro. O objetivo, de acordo com a proposta, é reduzir a participação dos **impostos** sobre o consumo e aumentar a tributação sobre a renda e os lucros.

No início deste ano, Miranda chegou a ser cotado para relatar o texto da PEC 45 na Câmara. A ideia não avançou.

Além da PEC, o parlamentar já apresentou cinco projetos de lei. Um deles pede que as atividades industriais, de construção civil, salões de beleza e barbearias e academias de esporte sejam consideradas essenciais. Outro proíbe reajuste de tarifas de pedágio durante a pandemia. Ambos aguardam votação.

Foi o sucesso nas redes sociais que também levou Miranda a responder por suspeita de corrupção, fraude, abusos do poder econômico e dos meios de comunicação social e de compra de votos durante a campanha eleitoral.

Denúncia feita ao TRE-DF (Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal) em 2019 alegava que o então pré-candidato realizou o sorteio de dois celulares aos seguidores que mais interagissem em uma live transmitida em 14 de agosto de 2018, dois dias antes do começo oficial da campanha.

O resultado do sorteio, no entanto, foi divulgado em 18 de agosto, quando a campanha já havia começado.

Para os partidos e suplentes que protocolaram a ação (Patriota, PR, Paulo Fernando da Costa, Laerte Bessa e Joaquim Roriz Neto) isso representaria compra de voto e abuso de poder econômico, pois os smartphones tinham alto valor, o que desequilibraria a disputa eleitoral.

A denúncia ainda afirmava que Miranda usou o próprio

cartão de crédito para patrocinar o post do sorteio na internet e que essas despesas deveriam ter sido pagas por meio de uma conta exclusiva da campanha.

Por unanimidade, o TRE-DF rejeitou as acusações e decidiu manter o mandato do parlamentar. Os desembargadores entenderam que não houve provas robustas que configurassem compra de votos ou de que houve impulsionamento irregular.

Neste ano, o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) também o absolveu por unanimidade. "O TSE reafirmou de forma definitiva a verdade, pro vou minha inocência e a legalidade dos meus atos. A denúncia foi movida por suplentes que queriam contrariar a vontade das urnas", afirmou Miranda à Folha.

Em outra denúncia apresentada em 2019, o deputado foi acusado sob suspeita de estelionato pelo MPDFT (Ministério Público do Distrito Federal e Territórios). Ele e outras duas pessoas teriam apresentado um cheque falso para pagar uma dívida de aluguel nove anos antes.

Na época, Miranda era o fiador de um imóvel alugado no DF. Porém, nem ele nem o locatário teriam quitado os aluguéis, o que resultou em uma ação de despejo movida pela empresa dona do imóvel.

Com a instauração do pro cesso, um terceiro teria procurado a empresa a mando dos dois para fazer um acordo. Os denunciados aceitaram pagar o valor de R\$ 11,5 mil em dois cheques.

Um dos cheques, no valor de R\$ 7.500, estava em nome de pessoas não envolvidas na locação. O outro teria sido emitido pela Fitcorpus, clínica de estética fundada por Miranda.

Segundo o MR um deles era falso e o outro não foi debitado por insuficiência de fundos. Em defesa, o deputado disse que acreditava ser vítima de um erro e que não tinha relação com o cheque fraudado. Ele apresentou um documento de quitação da dívida.

Uma suposta vítima desistiu das acusações, o que levou o MP a se manifestar pela extinção da ação. Em dezembro de 2020, a Justiça do DF extinguiu o processo. "Provei minha inocência. Nesse processo, o próprio locatário disse que jamais causei prejuízo a ele. Ganhei na justiça e lavei a minha honra", disse.

Reportagem do Fantástico em 2019 também tratou de acusações contra Miranda. O programa ouviu 25 pessoas que relatavam ter sido vítimas de promessas não cumpridas de investimentos prometidos pelo parlamentar, quando morava nos Estados Unidos. Uma delas disse que teve um prejuízo de R\$ 150 mil.

Elas afirmavam que o deputado oferecia investimentos em negócios com lucros muito acima do normal, como a compra e venda de veículos de leilão. Miranda teria prometido lucro líquido por mês de 6%, que seria dividido entre ele e o cliente. No entanto, as vítimas contam que os ganhos não eram repartidos. O deputado nega todas as acusações.

"Os mesmos que me acusaram foram investigados e apontados pela polícia como uma milícia digital. Atacaram as empresas, que não suportaram essas ações criminosas. Está claro que minha atuação no combate à corrupção incomoda muito. Devem seguir me atacando, pois seguirei denunciando", defende.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49568>

Guedes quer usar aumento na arrecadação para reduzir tributos

Bernardo Caram Brasília

Em uma indicação de que o governo poderá apresentar uma **reforma tributária** com efeito negativo para as contas públicas, o ministro Paulo Guedes (Economia) afirmou nesta quarta-feira (23) que pretende pegar parte da alta de arrecadação causada pela retomada da economia e transferir para um corte imediato de **impostos**.

A Folha ouviu especialistas em finanças públicas. A avaliação é que a ideia tem potencial nocivo porque pode gerar descompasso nas contas do governo no futuro ao usar ganhos temporários para gerar custos permanentes.

Em videoconferência com a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), o ministro também fez promessa com vinculação eleitoral ao afirmar que promoverá redução mais intensa de **tributos** sobre empresas se o presidente Jair Bolsonaro for reeleito.

"Está havendo um aumento vigoroso da arrecadação e nós vamos transmitir isso imediatamente para a redução de **impostos**. Em vez de realizar esse aumento brutal de arrecadação, queremos fazer uma aposta no setor privado e no consumidor", disse o ministro.

"Vamos descobrir qual a taxa de crescimento estrutural, suponha que ela seja de 3% com as reformas. Eu acho que ela vai ser bem maior, mas seremos conservadores. Vamos pegar uma parte e vamos investir na redução e simplificação de **impostos**", afirmou.

O plano original do Ministério da Economia para a **reforma tributária** prevê uma reestruturação neutra para as contas públicas. Ou seja, na média geral, não haveria aumento nem redução da carga tributária do país.

Guedes usou como exemplo de tributo que pode ser reduzido o aumento na faixa de isenção do IR (Imposto de Renda). Ele afirmou que vai duplicar a base de pessoas beneficiadas ao mesmo tempo que passará a tributar "lá em cima" quem recebe dividendos.

A ideia, segundo ele, é levar o número de pessoas isentas de 8 milhões para 16 milhões com a reforma.

Os modelos mais recentes estudados pela pasta previam um aumento da faixa de isenção dos atuais R\$ 1.900 para algo entre R\$ 2.400 e R\$ 2.500.0 Palácio do Planalto pressionava por um patamar mais alto.

O ministro disse ainda que pretende baixar o Imposto de Renda sobre empresas em 2,5% ao ano, totalizando 5% na atual gestão.

"Se o presidente for reeleito e o programa econômica prosseguir, é mais 2,5% e mais 2,5%", disse.

Esta não é a primeira vez que Guedes inclui em seus discursos e promessas o interesse de Bolsonaro em se reeleger em 2022. Em entrevista à Folha em maio, ele reconheceu que a campanha praticamente já começou e disse que o governo irá para o "ataque".

"Nós jogamos na defesa nos primeiros três anos, controlando despesas. Agora vem a eleição? Nós vamos para o ataque. Vai ter Bolsa Família melhorado, BIP [Bônus de Inclusão Produtiva], o BIQ [Bônus de Incentivo à Qualificação], vai ter uma porção de coisa boa para vocês baterem palma. Tudo certinho, feito com seriedade, sem furar teto, sem confusão", disse na ocasião.

Nesta quarta, o ministro da Economia também defendeu que o governo comece a tributar mais "a pessoa física um pouco mais rica". Ele não detalhou a proposta.

O economista Felipe Salto, que é diretor-executivo da IFI (Instituição Fiscal Independente), diz que a ideia de usar ganho pontual na arrecadação para reduzir **tributos** não faz sentido. Para ele, a incerteza em relação ao ritmo da atividade é alta e o governo deveria se basear em planejamento e experiências anteriores.

"Historicamente, períodos de recessão seguidos de recuperação fazem a resposta da receita em relação ao **PIB** ser superior à unidade. Mas não é uma tendência que se possa extrapolar para o futuro. A mudança da faixa de isenção do IR teria caráter permanente. Contratar compromissos permanentes

requer medidas de financiamento sustentáveis", disse.

O pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) Rodrigo Orair é coautor de um estudo que analisa os movimentos da receita do governo a depender do desempenho da economia. Ele afirma que o crescimento cíclico gerado pela recuperação da economia não é um bom guia para a política fiscal. Orair afirma que, ao mesmo tempo que a arrecadação cresce mais intensamente do que o **PIB** em momentos de expansão da atividade, as receitas caem mais do que o **PIB** quando a economia recua. Portanto, se efetivar a medida, o governo poderá observar um desarranjo nas contas quando vier um novo período de vacas magras.

"Se ele quer reduzir permanentemente a arrecadação, tudo bem, do ponto de vista estrutural. Mas saiba que, lá na frente, essa decisão vai cobrar seu preço. Ele estaria usando um componente cíclico para perenizar uma redução de imposto. O problema é que o componente cíclico vai e volta. Um governo que se diz comprometido com o ajuste fiscal tem que se guiar pelo resultado estrutural", disse.

Para o economista Guilherme Tinoco, o governo deveria estar focado em gerar resultados positivos nas contas públicas. Ele ressalta que o cenário é de muita incerteza, o que torna temerário fazer essa discussão.

"É complicado. Temos teto de gastos para fazer ajuste fiscal ao longo do tempo, que deixa a despesa praticamente parada e permite um ganho na arrecadação. A ideia é voltar a fazer superávit primário, e estamos longe disso. Não é hora de fazer redução de carga tributária", afirmou.

O especialista em contas públicas e analista do Senado Leonardo Ribeiro ressalta que, para fazer isso, Guedes terá que incluir a estimativa de perdas na lei orçamentária e demonstrar que a renúncia não afetará as metas fiscais para os próximos três anos.

"Acho que a medida é perigosa para o equilíbrio das contas públicas considerando o cenário incerto", disse.

Embora houvesse previsão de envio do texto da reforma do Imposto de Renda para o Congresso nesta quarta, o ministro não disse quando a medida será apresentada. Ele afirmou, porém, que o presidente Jair Bolsonaro deve anunciar nesta semana a prorrogação do auxílio emergencial por mais três meses.

No plano da **reforma tributária**, Guedes também quer fazer uma reforma do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados), reduzindo alíquotas e criando um imposto seletivo sobre produtos com efeitos colaterais negativos, como cigarros, bebidas e automóveis.

Na reunião desta quarta, o ministro disse que o tributo é prejudicial ao setor. Para ele, se houvesse uma espécie de IPI sobre produtos agrícolas, a agroindústria brasileira não estaria tão bem quanto está hoje.

A proposta de Guedes

O QUE DIZ O MINISTRO

Guedes afirma que a arrecadação de **impostos** está em forte crescimento e que pretende reverter parte desse ganho para uma redução imediata de **tributos**

Possíveis benefícios

O ministro cita como exemplo aumento da faixa de isenção do IR de pessoas físicas e redução do tributo sobre empresas

Problemas

Ideia usa aumento temporário de receita para criação de custo permanente

Arrecadação sobe proporcionalmente mais que o **PIB** em momentos de expansão e cai mais do que o **PIB** em período de recuo da economia

Plano pode criar descompasso nas contas do governo quando o próximo período de vacas magras chegar

Para não descumprir lei, governo teria que incluir a estimativa de perdas no Orçamento e demonstrar que a renúncia não afetará as metas fiscais para os próximos três anos

PONTOS DA **REFORMA TRIBUTÁRIA** DE GUEDES

Fusão de PIS e Cofins (já está no Congresso)

Cria a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), com alíquota de 12%. Comércio e serviços devem ficar com alíquota mais baixa

Reforma do Imposto de Renda (em elaboração)

Amplia isenção para pessoa física de R\$ 1.900 para patamar próximo a R\$ 2.500

Reduz e unifica em 15% cobranças de IR sobre investimentos em renda fixa, hoje regidos por tabela regressiva que vai de 22,5% a 15%

Acaba com isenção de produtos financeiros como LCI, LCA, CRI e CRA

Reduz IR de pessoa jurídica de 25% para 20% em dois anos

Aumenta tributação de 0% para 20% sobre a distribuição de dividendos Isenção seria mantida para ganhos de até R\$ 20 mil ao mês

MPQUE AUMENTA TRIBUTAÇÃO SOBRE BANCOS ATÉ O FIM DO ANO VAI PARA SANÇÃO

A Câmara rejeitou as alterações feitas pelos senadores e retomou o texto aprovado na Casa da MP que aumenta a taxa sobre bancos, adotada pelo governo para compensar a decisão de cortar **tributos** sobre diesel-demanda de caminhoneiros- e gás de cozinha. O texto segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro. A alíquota de CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) fica em 25% para os bancos até o fim do ano. A partir de 1º de janeiro de 2022, a tributação volta a ser de 20%.

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

68

Pacheco ataca veto à ampliação da Sudene

Daniel Weterman Adriana Fernandes / BRASÍLIA

O veto do presidente Jair Bolsonaro a um projeto para aumentar a área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) opôs o ministro da Economia, Paulo Guedes, e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

Pacheco foi ao Twitter dizer que o ministério é "alheio à realidade das cidades brasileiras e com a costumeira insensibilidade social". Nos bastidores, integrantes da equipe econômica dizem que Pacheco fala para os seus eleitores e que a medida contraria as regras fiscais. Nas últimas semanas, o senador vem dando recados a Bolsonaro em um movimento para as eleições de 2022.

A Sudene é vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, comandado por Rogério Marinho. No mês passado, o Senado desengavetou um projeto de 2017 e aprovou a proposta incluindo 78 municípios de Minas Gerais e quatro do Espírito Santo na área de atuação da autarquia, responsável por projetos de forte apelo eleitoral no Nordeste.

Pacheco liderou a articulação para aprovação da proposta e se movimentou para derrubar o veto presidencial, decisão que depende de deputados federais e senadores em uma nova sessão do Congresso. A medida abre caminho para que os parlamentares turbinem os recursos da Sudene com emendas no Orçamento de 2022 e abasteçam redutos em ano eleitoral. Além disso, pavimenta uma série de benefícios fiscais a empresas instaladas nesses municípios.

Interlocutores do presidente do Senado lembram que o veto foi mais um lance de uma sequência de insatisfações com o ministro. Na discussão sobre a retomada do auxílio emergencial, no início deste ano, o Senado pressionou por um novo benefício de R\$ 300, valor com o qual a equipe econômica não concordou. Com a **reforma tributária**, foi outro impasse. Guedes defendeu o fatiamento da medida e se recusou a aprovar um fundo de compensação para Estados e municípios. Pacheco, por sua vez, insistiu na proposta ampla discutida na comissão mista, formada por deputados e senadores.

Procurado pela reportagem, o Ministério da Economia afirmou que não comentaria.

I Autarquia disputada

R\$ 68,6 mi é o orçamento da Sudene programado para este ano, sem nenhum centavo de emenda de relator, mas com indicação de emendas individuais de deputados e senadores.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Faixa de isenção do imposto de renda

MARCELLO CORRÊA, ELIANE OLIVEIRAE FERNANDA TRISOTTO *economia@oglobo.com.br* BRASÍLIA

O governo calcula que a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) da pessoa física pode até dobrar o número de contribuintes isentos, de acordo com fontes da equipe econômica, que deve apresentar nos próximos dias as mudanças na cobrança de **tributos**. Em conversa com industriais paulistas ontem, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o aumento da arrecadação de **impostos** e contribuições previsto para este ano será imediatamente convertido em redução de **tributos** tanto para pessoas físicas quanto jurídicas.

Atualmente, cerca de 8 milhões de trabalhadores são isentos do IR, pois têm rendimentos tributáveis de até R\$ 1,9 mil mensais. O Ministério da Economia avalia que, caso a decisão seja de elevar a faixa de isenção para R\$ 2,5 mil por mês em 2022, 16 milhões de pessoas podem passar a ser isentas do Imposto de Renda. Se a ampliação da faixa for para R\$ 2,4 mil, a estimativa é que 14 milhões de contribuintes passarão a ser isentos do IR.

-Uma pessoa que ganhar R\$ 1,9 mil, R\$ 2 mil, R\$ 2,1 mil, R\$ 2,3 mil tem que estar isenta. Vamos pegar 8 milhões de brasileiros e, de repente, quase duplicar essa faixa de isenção dos mais frágeis, porque nós estamos tributando lá em cima -declarou Guedes ontem, fazendo menção à proposta de taxação de dividendos que está sendo desenvolvida pela equipe econômica.

Chegou a estar em discussão uma nova ampliação da faixa de isenção do IR para R\$ 3 mil em 2023, mas a ideia perdeu força.

A atualização na tabela do Imposto de Renda é parte da **reforma tributária**. A tendência é encaminhar o projeto ao Congresso nos próximos dias, mas o texto ainda não está fechado.

REAJUSTE DE R\$1 MIL

A proposta teve várias idas e vindas, diante dos pedidos do Palácio do Planalto para ampliar a faixa de isenção como estratégia para turbinar a popularidade do presidente Jair Bolsonaro, no momento em que o governo está desgastado pela CPI da Covid no Senado, e busca melhorar o relacionamento com a parcela de baixa renda, de olho nas eleições de 2022.

Nas demais faixas do Imposto de Renda, a tendência é que haja um reajuste de R\$ 1 mil em cada uma.

Técnicos do Ministério da Economia avaliam que será possível cobrir o reajuste na faixa de isenção do imposto com a melhora na arrecadação causada pelo crescimento da economia e também pela **inflação**. Hoje, a arrecadação está rodando com uma alta de 40%, o que também deve ajudar no desenho do novo Bolsa Família, que está sendo fechado pelo governo.

Guedes disse que a economia voltou a crescer com vigor, e a expectativa é de expansão de receitas de 5% a 6%.

-Se a arrecadação aumentar, a gente já vai imediatamente rebaixando os **impostos** -afirmou o ministro.

No caso das empresas, Guedes disse que o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica terá um corte de 5 pontos percentuais em duas etapas, com queda de 2,5 pontos por ano. Se Bolsonaro for reeleito, haveria mais uma rodada de redução de 2,5 pontos, prometeu o ministro:

- Nós achamos que imposto de pessoa jurídica tem que ser no máximo de 25%. Vamos tributar mais a pessoa física, a pessoa física mais rica, para ver se, aumentando o ritmo de crescimento, criamos uma classe média mais robusta.

Guedes disse também que a **reforma tributária** poderá prever uma alíquota de 10% para a indústria na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), tributo resultante da unificação de PIS e Cofins. O projeto enviado pelo governo ao Congresso Nacional previa uma alíquota de 12% da CBS para todos os setores, com exceção dos bancos. Há duas semanas, em evento com o setor de serviços, Guedes confirmou que a CBS poderia ter duas alíquotas, uma de 12% para a indústria e outra menor para comércio e serviços, o que provocou reclamação dos segmentos industriais.

JABUTIS VÃO 4SE DISSOLVER"

O governo também estuda formas de reduzir dívidas tributárias com a Receita, principalmente de micro e pequenos empresários, segundo o ministro. Seria um programa bem menos burocrático do que o Refis. A ideia é dar um desconto nos débitos, de acordo com o porte do contribuinte.

Sobre a alta da **inflação** neste ano, Guedes citou a crise hídrica e o peso dos alimentos. Destacou que, no primeiro caso, são aplicadas bandeiras tarifárias que elevam o custo da energia, mas também evitam o racionamento no país:

- Nossa **inflação** deu um salto, indo a 8% em 12 meses, exatamente por causa de comida e energia. Agora estamos vindo com bandeiras novas para evitar o racionamento lá na frente, está havendo uma racionalização do uso agora, e isso é um choque. Vai haver um choque na energia e um choque de alimentos.

O ministro ainda rebateu críticas a trechos incluídos na medida provisória (MP) que viabiliza a privatização da Eletrobras. Disse que os maiores jabutis (inclusão de pontos que não têm relação com o objetivo da MP) já foram "abatidos" e os restantes vão se dissolver no ar. Ele ainda defendeu a obrigação, incluída na MP, de o governo contratar 8 mil megawatts (MW) de energia gerada por usinas termelétricas a gás natural.

- O que parece um subsídio na verdade é uma promessa de comprar a menos da metade do preço atual (das termelétricas) - declarou, acrescentando que a equipe econômica tomou cuidado para evitar situações de risco: - Com o tempo, todo mundo vai ver que o saldo foi positivo.

"Uma pessoa que ganhar R\$ 1,9 mil, R\$ 2 mil, R\$ 2,1 mil, R\$ 2,3 mil tem que estar isenta. Vamos pegar 8 milhões de brasileiros e, de repente, quase duplicar essa faixa de isenção dos mais frágeis, porque nós estamos tributando lá em cima"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Governo prevê o dobro de contribuintes isentos do IR

O governo federal calcula que a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda (IR) da pessoa física pode até dobrar o número de contribuintes isentos, de acordo com fontes da equipe econômica.

Atualmente, cerca de 8 milhões de trabalhadores são isentos do IR, pois têm rendimentos tributáveis de até R\$ 1.900 mensais.

O Ministério da Economia avalia que, caso a decisão seja de elevar a faixa de isenção para R\$ 2.500 por mês, 16 milhões de pessoas podem passar a ser isentas do Imposto de Renda. Se a decisão for de ampliar a faixa de isenção para R\$ 2.400, a estimativa é de que 14 milhões de contribuintes passarão a ser isentos do IR.

O governo está fazendo contas para atualizar a tabela do Imposto de Renda como parte da **reforma tributária**. A tendência é encaminhar o projeto ao Congresso nos próximos dias. A proposta teve várias idas e vindas, diante de pedidos do Palácio do Planalto.

No restante das faixas do Imposto de Renda, a tendência é de que haja um reajuste de R\$ 1.000 em cada uma das faixas. Portanto, a alta será maior para a faixa de isenção do Imposto de Renda.

Técnicos do Ministério da Economia avaliam que será possível cobrir esse reajuste com a melhora na arrecadação causada pelo crescimento da economia e também pela **inflação**. Hoje, a arrecadação está rodando com uma alta de 40%.

Governadores debatem reforma tributária

No Fórum dos Governadores do Nordeste realizado, na terça-feira (22), de forma virtual, os gestores debateram diversos temas, entre eles, as estratégias para a continuação da vacinação, ICMS e reformas.

O governador Wellington Dias destacou a necessidade de ampliação da imunização dos brasileiros. "Nos alegra a chegada das vacinas da Janssen, apesar de ser só 1,5 milhão neste primeiro lote, porque é o sinal de uma outra opção que abre um caminho novo para o Brasil. Destaco também a ampliação de entregas pela Pfizer. Serão 15 milhões de doses para julho. O que queremos é garantir que a gente tenha, agora, a agilidade no entendimento entre os Estados, Anvisa e o Fundo Soberano Russo, para a chegada da Sputnik", comentou, acrescentando que, quanto mais vacinas estiverem disponíveis, mais rápido o país sairá da crise sanitária.

"Isso vai tirar o Brasil de uma situação delicada, que é o alto risco da pandemia, uma classificação mundial que coloca um risco muito grande para a relação entre os países", destacou.

Segundo o governador do Piauí, é preciso ter um calendário bem definido com todas as vacinas que estarão disponíveis e a meta é ter um cronograma onde até outubro mais de 60% da população de até 18 anos esteja vacinada.

Aprofundar definição de calendário - O governador do Pernambuco, Paulo Câmara, disse que os governadores nordestinos defendem aprofundar a definição do calendário de vacinas, a fim de imunizar a população brasileira com mais planejamento, previsibilidade e agilidade. "Também tratamos das reformas em andamento, sobre a necessidade de retomá-las e discuti-las. A **reforma tributária** é importante, um consenso entre os estados e o parlamento.

É importante e salutar essa unidade federativa que os governadores têm demonstrado em um momento tão difícil que o Brasil passa. Ver a capacidade de superar os desafios sentando na mesa escutando, ouvindo e planejando, buscando alternativas para um futuro melhor do país", comentou o gestor pernambucano.

Na oportunidade, o Wellington Dias também falou sobre a necessidade de se discutir sobre o ICMS, imposto que, atualmente, é objeto de projeto no Legislativo e de ação no STF. Segundo gestor piauiense, esse é um tema que os governadores do

Nordeste querem tratar. "Queremos uma **reforma tributária** mais abrangente.

Não é razoável sair fazendo um picotado, quando temos uma oportunidade de fazer uma reforma que simplifica, que tem chance de substituição tributária, desonera folha, o consumo e garante uma política em um momento que o país mais precisa", defendeu.

(I.C.)

Site: <https://jornal.meionorte.com/jornal-pdf>

Câmara retira de MP proibição de barreira a importados

Anne Warth / BRASÍLIA

A Câmara retirou a proibição a um tipo de barreira comercial para a entrada de produtos estrangeiros no País. Pressionados pelo lobby da indústria, os deputados suprimiram do texto da Medida Provisória (MP) 1.040 a vedação aos chamados "preços de referência" - ou seja, um valor mínimo - para importações, uma prática que vigorou no País por mais de 70 anos e é proibida pela Organização Mundial do Comércio.

Enviada pelo Executivo em 29 de março, a MP vedava a adoção de limites para valores de mercadorias e serviços nas importações e exportações. Também proibia que as operações não fossem autorizadas em razão dos valores praticados.

Diversas emendas apresentadas pelos deputados tentavam o oposto: autorizar o Executivo a implementar essa prática, mas a autorização expressa não foi incluída no texto. Críticos do mecanismo que define um preço mínimo para os produtos importados dizem que se trata de um atalho da indústria para conseguir barrar concorrentes de forma rápida, por meio de procedimentos pouco transparentes e fazendo uso de sua influência sobre a burocracia estatal.

Para evitar polêmica, o relator, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), decidiu excluir de seu parecer todo o trecho, que estava no Artigo 7.º da proposta.

O deputado ressaltou ter dialogado com o governo e com associações do setor industrial sobre a MP. Segundo ele, o setor é contra a proibição da prática dos preços de referência. Para não atrapalhar a tramitação da MP, o tema será discutido no âmbito de outro projeto de lei.

"Decide-se pela supressão do dispositivo. Isso não significa, de modo algum, que estamos aqui a reavivar o mecanismo de controle de preços nas importações", diz o parecer. "Antes, após decisão tomada em acordo com diversos líderes, optamos por seguir a discussão desse tema no âmbito de projeto de lei à parte, ocasião em que todas as partes interessadas terão oportunidade de se manifestar, sem os limites temporais **impostos** pelo célere trâmite de uma MP." Sem previsão legal, o preço de referência é praticado no Brasil desde os anos de 1950. A decisão sobre

quais produtos podem contar com esse tipo de barreira é política. Representantes da indústria apresentam para o governo suas queixas sobre preços não competitivos e tentam convencer o Ministério da Economia.

Para o secretário de Comércio Exterior do Ministério da Economia, Lucas Ferraz, tratase de uma forma disfarçada de protecionismo. O mecanismo já foi alvo de questionamento dos EUA e da Europa em 1999.

Para evitar punições, o Brasil abandonou a prática contra esses países. Continuou a adotá-la, no entanto, para importações asiáticas, sob o pretexto de impedir subfaturamento e fraudes.

A prática foi extinta em janeiro deste ano.

A questão dos preços de referência para importações era apenas uma parte da MP 1.040, que também visa a eliminar exigências e simplificar a abertura e o funcionamento de empresas com vistas a melhorar o ambiente de negócios. O texto segue agora para o Senado.

I Supressão

"Isso não significa, de modo algum, que estamos aqui a reavivar o mecanismo de controle de preços nas importações." Marco Bertaiolli (PSD-SP) DEPUTADO E RELATOR DO TEXTO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

ESCLARECIMENTOS NECESSÁRIOS (3)

Em nome da transparência que precisa pautar a administração pública, devem ser investigados a fundo e esclarecidos todos os detalhes e pontos obscuros da negociação que envolve a aquisição pelo governo federal da vacina indiana Co-vaxin, fabricada pela Bharat Biotech. As tratativas em torno do imunizante tiveram uma série de pontos que fugiram ao usual, conforme o observado nos contratos com os outros laboratórios. Há, além disso, o grave relato de um servidor do Ministério da Saúde que, em depoimento ao Ministério Público Federal (MPF), disse ter sido pressionado para agilizar os trâmites que envolviam a compra, deixando de observar normas existentes. Cioso de sua responsabilidade, resistiu e expôs a situação.

E estranha a agilidade que o governo imprimiu às negociações com a Co-vaxin, diante da lentidão predominante nas negociações com os demais fornecedores de vacinas, sobretudo a Pfizer, empresa de grande credibilidade e reconhecida pela qualidade de seus produtos. A questão dos preços, da mesma forma, é intrigante e necessita ser aclarada. Documentos do Ministério das Relações Exteriores indicam que o valor da dose seria 1.000% superior ao sugerido pelo próprio laboratório seis meses antes. Era a mais cara entre as oferecidas ao país e sequer estava aprovada para uso pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Chama ainda atenção o fato de ter sido a única tratativa que tinha um intermediário. Ou seja, os contatos não ocorriam diretamente entre o governo federal e a

fabricante indiana, mas passavam por uma empresa brasileira, cujos sócios são os mesmos de outra companhia envolvida em uma negociação que causou prejuízos milionários aos cofres públicos.

Soube-se agora que um deputado federal, irmão do servidor pressionado por um superior, avisou o presidente Jair Bolsonaro do ocorrido. O mandatário da República teria prometido mandar a Polícia Federal investigar o caso, e se espera que o presidente demonstre que iniciativas tomou a partir das informações a ele levadas. Tão incorreto quanto prejudicar é não investigar. O MPF viu indícios de sérias irregularidades e pediu uma apuração em âmbito criminal. A CPI da Covid também vai se debruçar sobre o episódio.

Mesmo que o pagamento, conforme o Ministério da Saúde, ainda não tenha sido efetivado, sempre que há recurso público envolvido é preciso transparência

máxima e fiscalização dos órgãos de controle, para que quaisquer dúvidas sejam dirimidas e os cidadãos saibam que o dinheiro de seus **impostos** é bem empregado, ainda mais quando à frente está o combate a um mal que já vitimou mais de 500 mil brasileiros. Não são recomendadas conclusões precipitadas. A politização do caso também é inoportuna. Mas é imprescindível jogar luz sobre os fatos e conhecer as condutas dos envolvidos, até para que, após o fim das investigações, chegue-se a conclusões solidamente embasadas. Acima das disputas políticas, deve pairar o respeito aos ritos legais para um esclarecimento pleno do que verdadeiramente ocorreu.

Site: <https://flipzh.clicrbs.com.br/jornal-digital/pub/gruporbs/?numero=2021977#page/1>

Dólar se mantém abaixo de R\$ 5

Fernanda Strickland*

Pelo segundo dia consecutivo, o dólar fechou abaixo dos R\$ 5. Ontem, a moeda norte-americana terminou o dia cotada a R\$ 4,963 para venda, no câmbio comercial, com ligeira oscilação negativa de 0,07% em relação à terça-feira.

Ontem, o Banco Central informou que, depois de encerrar maio com saídas líquidas de US\$ 1,8 bilhão, o país registrou fluxo cambial positivo de US\$ 2,3 bilhões em junho até o dia 18. No acumulado do ano, a entrada de recursos ficou positiva em US\$ 13,2 bilhões. Em igual período do ano passado, US\$ 12,6 bilhões haviam deixado o país.

Segundo o economista Luís Alberto de Paiva, presidente da Corporate Consulting, este movimento decorre, principalmente, da elevação das exportações de commodities para a China e Estados Unidos.

"Outro fator que contribui para a entrada de recursos no país é que o Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) mantém as taxas de juros daquele país em patamares próximos de zero, deixando o mercado local menos atraente para os investidores estrangeiros, que buscam mercados com taxas mais atraentes", disse.

Nesse sentido, a decisão do Banco Central brasileiro de elevar a taxa Selic para 4,25% ao ano, indicando novas elevações no futuro, abriu oportunidade para os investidores estrangeiros. "Alta das commodities, aceleração nos volumes de exportação e entrada de capitais estrangeiros favorecem a queda da taxa de câmbio", resumiu.

"Outro fator que ainda deve contribuir bastante para a desaceleração futura é a retomada do **PIB**, que contribui para o aumento da arrecadação, assim como a possibilidade no avanço das reformas no Congresso, como a administrativa e tributária", explicou. "O único fator que poderá impedir essa trajetória é uma aceleração inflacionária ou crise de desabastecimento no Brasil, que obrigará a novo balizamento do câmbio", disse Luís Alberto de Paiva.

Exportadores

Para a economista Eliz Sapucaia, da Terra Investimentos, a valorização do real pode afetar o lucro das empresas exportadoras. Ela considera, entretanto, que esse patamar da taxa de câmbio ainda

aparenta ser favorável para a exportação. "Se o cenário continuar atrativo para as empresas, parte da produção que seria destinada ao abastecimento interno continuará direcionada para o exterior e, com isso pode continuar havendo pressão no preço dos alimentos", analisou.

Segundo os dados do Banco Central, de janeiro até 18 de junho, a entrada de divisas pelo canal financeiro foi de US\$ 452 milhões, resultado de ingressos de US\$ 240,5 bilhões e de remessas de US\$ 240,1 bilhões. O segmento reúne investimentos estrangeiros diretos e em carteira, remessas de lucro e pagamento de juros, entre outras operações.

No comércio exterior, o saldo anual acumulado até 18 de junho ficou positivo em US\$ 12,7 bilhões, com importações de US\$ 95,5 bilhões e exportações de US\$ 108,3 bilhões.

"Se o cenário continuar atrativo para as empresas, parte da produção que seria destinada ao abastecimento interno continuará direcionada para o exterior e, com isso pode continuar havendo pressão no preço dos alimentos." Eliz Sapucaia, economista da Terra Investimentos

A ilusão da salvação nacional (2)

José Pio Martins

Ver o Brasil entrar na terceira década do século 21 como uma nação pobre e desigual é uma grande desilusão. A desigualdade social - que pode ser medida pela distância entre a renda média das camadas pertencentes à metade mais pobre da população e a renda média das camadas pertencentes à metade menos pobre - não é um problema nos países desenvolvidos; mas, nos países pobres, assume a condição de catástrofe humanitária.

Em um país como Canadá ou Bélgica, por exemplo, com renda por habitante acima dos Us\$ 40 mil/ano, a desigualdade não gera miséria e quase não há pobreza. No Brasil, usando os mesmos conceitos, com renda por habitante de US\$ 11 mil/ano ao fim de 2020 (calculada pelo dólar paridade de poder de compra, a preços de 2000, conforme publicado pela Fundação Getúlio Vargas em 16 de dezembro de 2020), a desigualdade causa uma catástrofe social.

Antes da pandemia, portanto, em situação melhor que hoje, o Brasil tinha 54 milhões abaixo da linha da pobreza, dos quais 14 milhões de miseráveis, pela classificação do Banco Mundial. Aqui, a pobreza e a miséria são imensas, sérias demais, e constituem uma ameaça à democracia e ao capitalismo. Nos momentos de indignação, diante de crises é comum ressurgirem propostas de salvação nacional, entre elas a ideia de uma nova Constituição Federal.

A atual Constituição nasceu em 1988, edificada sobre duas causas principais: a oposição ao regime militar e a qualquer ditadura (essa era a causa política, mirando a liberdade) e o cansaço com a **inflação** e o baixo crescimento (que era a causa econômica, mirando o desenvolvimento). Não é preciso dizer que a nova Constituição não funcionou muito bem, pois já sofreu 106 emendas e continua recebendo críticas.

Depois do mensalão e do petrolão, ampliou-se o desencanto com a política e o desânimo diante da enorme corrupção e da pouca punição. A vida em sociedade transita sob dois universos, que, ao contrário do que muitos pensam, não podem ser separados: o universo político e o universo econômico. Um não sobrevive sem o outro. Eles não são excludentes. São partes complementares da vida coletiva.

Abusando da expressão, eu diria que no universo da política se edificam os valores de uma ordem nacional

composta de defesa nacional, segurança interna, justiça, liberdade, igualdade de oportunidades, provimento do mínimo para as necessidades básicas, produção de bens públicos de uso coletivo e garantia de moeda estável, sob um aparato estatal governado por representantes eleitos por voto livre e mandato fixo, isto é, pela democracia.

Já o universo econômico tem como base um sistema produtivo sob o regime de livre iniciativa, direito de propriedade, liberdade de empreender, livre mercado, regime competitivo de preços, defesa da concorrência, proteção à soberania do consumidor e ao seu direito de escolha. Isto é, um capitalismo concorrencial em que o mérito e o esforço sejam recompensados.

Pode-se dizer que o universo político constrói a superestrutura da vida coletiva civilizada. O universo econômico, como dito no parágrafo anterior, reúne os fatores de produção (recursos naturais, trabalho e capital) em empreendimentos e negócios para produzir os bens e serviços que vão definir o padrão de vida médio. Pode-se odiar a política, mas não há como se livrar dela, porque ela é necessária.

A vida em sociedade não é fácil. O desejo de ser livre e o desejo de viver em comunidade, a disposição para cooperar e competir, o embate entre o egoísmo e o amor ao próximo são, entre outros, conflitos humanos e sociais. A organização da sociedade para fins econômicos e de convivência pressupõe um ordenamento em um sistema de hierarquias, de poder e de justiça. Ou isso vem pela democracia ou vem pela força.

Atualmente, retornou a proposta de uma nova Constituição. Não que essa vigente seja boa, com suas 106 emendas. Mas, no que tange aos princípios básicos da vida em sociedade numa nação livre, ela atende bem. O problema do país não é propriamente a Constituição: é o que se faz com ela. A salvação nacional não se dará por mágica regulatória, mas por obra do povo e dos governantes. Ou não se dará nunca.

José Pio Martins

Economista, reitor da Universidade Positivo

Avisos: juros mais altos e energia mais cara - BRASIL EM FOCO

MARCÍLIO DE MORAIS

O recado do Banco Central na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), que elevou a Selic de 3,5% para 4,25% ao ano, foi bastante claro e prontamente interpretado pelo mercado financeiro: os juros podem subir mais do que o 0,75 ponto percentual dos últimos encontros dos diretores da autoridade monetária. Eles deixaram de ver como temporária a pressão inflacionária desde o início da pandemia de COVID-19 e perceberam uma persistência e continuidade nos reajustes de preços, com a perspectiva de acelerar a alta dos juros ou até mesmo optar por um aumento maior no início de agosto, num esforço para conter os aumentos. Para este ano, a previsão do mercado é que o IP-CA, que mede a **inflação** oficial, fique em 5,9%, acima do teto da meta para o ano.

Diante do quadro de aceleração dos preços, o Banco Central decidiu esperar um pouco mais antes de apertar o torniquete dos juros. Mas remédio pouco não combate febre alta. Com 14 milhões de desempregados, renda em queda por causa da pandemia e a perspectiva de falta de energia para suportar um crescimento maior da economia este ano, a alta dos preços é alimentada por repasses internos do aumento das commodities, principalmente alimentos e petróleo, e da alta da energia elétrica por causa da maior seca da história no país. Com não é uma **inflação** de demanda, o benefício maior da taxa de juros mais alta é sobre o câmbio.

Na terça-feira, quando a ata foi divulgada, o dólar, pela primeira vez desde junho do ano passado, ficou abaixo de R\$ 5. Elevação dos juros torna o país mais atrativo ao capital volátil, o que traz mais dólares para o Brasil e pressiona o câmbio para baixo, compensando em parte os aumentos de preços em dólar, como no caso dos combustíveis. Ontem, o dólar seguiu abaixo de R\$ 5. Mas, por outro lado, os juros mais altos pressionam o serviço da dívida brasileira e pressionam a frágil situação fiscal do país. É nesse contexto que o Banco Central subirá os juros até o fim do ano, elevando a Selic para 5,25% na próxima reunião e ganhando tempo para observar os preços, podendo elevar a taxa básica de juros gradualmente até o fim do ano chegar a um patamar de 6,5%.

A preocupação do Banco Central, segundo a ata da

última reunião, é com aumentos acima do esperado nos bens industriais e a continuidade da crise hídrica, que contribuem para "manter a **inflação** elevada no curto prazo, apesar da recente **apreciação** do real". E a energia vai continuar encarecendo com as medidas de racionamento de energia que o governo deve adotar. "Não vamos ter nenhum tipo de apagão, mas vamos ter que ter um período educativo aí de algum racionamento para não ter nenhum tipo de crise maior", disse o presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), para pouco depois recuar e falar em "uso eficiente de energia". Era tarde; o aviso foi dado. Nem mesmo a negativa do ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, convence.

A perspectiva é de que os reservatórios das hidrelétricas do Sudeste/Centro-Oeste, de onde saem mais de 60% de toda a energia produzida no país, sejam ainda mais afetados com chuvas muito abaixo da média no período de estiagem, que vai de abril a novembro. A elevação da temperatura pode tornar o quadro ainda pior, porque além da baixa vazão com a estiagem, a evaporação joga contra. Esses reservatórios devem fechar o mês com 28,7% de energia armazenada.

Nesse cenário, o governo vai sim ter que adotar medidas de restrição no uso da energia, seja de forma compulsória, seja via encarecimento das tarifas. A segunda opção é a menos traumática é será adotada já nos próximos meses, com a elevação da bandeira vermelha patamar 2 dos atuais R\$ 6,24 a cada 100kWh para R\$ 7,57, uma alta de 20%. No caso de uma família com consumo na faixa de 400kWh por mês, o adicional tarifário passa de R\$ 24,96 para R\$ 30,28. Isso sem contar os reajustes das tarifas. A Copel, por exemplo, foi autorizada a elevar as contas de luz em média em 9,89%. Juros e energia vão pesar no bolso.

NO CAMPO

Com juros entre 3% e 4,5% ao ano para pequenos produtores rurais da agricultura, de 5,5% para os médios agricultores e 7,5% para os grandes produtores, o Banco do Brasil pretende destinar R\$135 bilhões para custear a safra agrícola 2021/2022. Esse valor é 17% superior ao destinado pelo banco na safra anterior. Em maio, o BB atingiu a marca de R\$ R\$ 200 bilhões no volume da carteira de crédito de

agronegócios.

ACELERANDO

A 99 esta acelerando o processo de captar e administrar as finanças de usuários e motoristas. Depois de criar a carteira digital para os usuários, que podem pagar contas e recarregar o celular com créditos, a empresa criou a Conta99 para os motoristas, que podem fazer transações financeiras e compras usando apenas o celular, e lança agora, em Belo Horizonte, o Cartão99 Virtual, gratuito e sem anuidade para os condutores.

Ministro volta a negar risco de racionamento, apesar da crise hídrica

Thiago Resende Brasília

O ministro Bento Albuquerque (Minas e Energia) voltou a negar nesta quarta-feira (23) o risco de que seja adotado o racionamento de energia no país, apesar da grave crise hídrica deste ano.

Em audiência pública virtual na Câmara dos Deputados, ele disse que o governo não trabalha com a hipótese de racionamento, pois o setor elétrico está em monitoramento 24 horas por dia.

Albuquerque citou que foram adotadas "medidas para que nós não percamos o controle do sistema, não tenhamos risco de interrupção do fornecimento de energia nos horários de pico de demanda; não queremos chegar a 2022 com uma forte dependência do período úmido".

Ele voltou a listar ações implementadas desde o ano passado, como acionamento de geração de energia por meio de usinas térmicas e importação de energia do Uruguai e da Argentina, além de campanha para uso consciente de energia e água.

Na terça-feira (22), o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que o Brasil teria que passar por um "período educativo" de racionamento de energia para evitar uma "crise maior".

Segundo Lira, o diagnóstico havia sido feito pelo ministro de Minas e Energia, em uma reunião na semana passada.

Mais tarde, em uma rede social, Lira voltou a abordar o assunto. "Falei há pouco com o ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, que esclareceu que a medida provisória não irá trazer nenhum comando relativo ao racionamento de energia", escreveu. "Será feito o incentivo ao uso eficiente da energia pelos consumidores de maneira voluntária." Diante da fala de Lira, o Ministério de Minas e Energia reafirmou, via assessoria, posicionamento em que nega a possibilidade de racionamento.

Há, porém, uma minuta de MP em estudo pelo governo que dá poderes a grupo inter-ministerial para decidir sobre vazão de rios e abre espaço para racionamento.

-

Guedes fala em aplicação de novas bandeiras tarifárias

Paulo Guedes (Economia) disse nesta quarta (23) que a aplicação de novas bandeiras tarifárias, que elevam o custo da conta de energia elétrica, tem o objetivo de evitar um racionamento no país.

O ministro afirmou que "estamos vindo com bandeiras novas", mas não detalhou se estava se referindo a eventual criação de mais um patamar de bandeira tarifária em nível mais elevado que os de hoje.

Em reunião com representantes da Fiesp, o ministro afirmou que a situação hídrica gerou um choque na **inflação**.

"Nossa **inflação** deu um salto, indo a 8% em 12 meses, exatamente por causa de comida e energia. Energia, porque agora estamos vindo com bandeiras novas para evitar o racionamento lá na frente, está havendo uma racionalização no uso agora, e isso é um choque. Vai haver um choque na energia e um choque de alimentos." De acordo com o ministro, a entrada em vigor da autonomia formal do Banco Central é uma maneira de evitar que esses choques temporários sejam transformados em aumento permanente de preços.

Segundo assessores do Ministério de Minas e Energia, porém, não está em cogitação a criação de um terceiro nível para a bandeira vermelha, que poderia ser acionado em casos de riscos hidrológicos como o atual. O que será feito, dizem, é uma revisão pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) das tarifas das bandeiras existentes.

A agência reguladora deverá aprovar, na próxima semana, um reajuste das bandeiras tarifárias, um valor adicional que encarece as contas de luz sempre que o custo de geração da energia sofre alta.

A tendência, segundo técnicos que participam das discussões com o governo, é que o conselho diretor da agência aprove um aumento que varia de 40% a 60% das bandeiras - o que acarretará alta entre 15% e 20% na conta de luz.

Os números ainda estão sendo fechados pelos técnicos da agência e devem vigorar a partir de julho. A expectativa é que permaneçam nesse patamar até o final do ano.

COMO FUNCIONAM as bandeiras

Verde Condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre acréscimo

Amarela Condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$0,01343 para cada kWh (quilowatt-hora) consumido

Vermelha 1 Condições mais caras de geração. Acréscimo de R\$0,04169 para cada kWh consumido

Vermelha 2 Condições ainda mais custosas de geração -patamar em vigor atualmente. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,06243 para cada kWh Fonte: Aneel

Site:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=495>

68

A aposta em juros mais altos (3)

Enquanto a **inflação** complica o dia a dia das famílias, a alta de **juros**, empregada como terapia anti-inflacionária, mexe com o mercado financeiro e com o câmbio. O dólar terminou a terça-feira cotado a R\$ 4,97, o menor valor desde o dia 10 de junho do ano passado. A expectativa de maior aperto monetário, com elevação mais veloz dos juros básicos, tem sido um dos fatores de contenção cambial.

A política monetária americana, sem perspectiva de taxas mais altas até 2023, também tem contribuído para maior oferta de dólares em outros mercados, incluído o brasileiro.

As apostas em aperto maior no Brasil foram reforçadas pela ata da última reunião do Copom, o Comitê de Política Monetária do Banco Central (BC), publicada nesta semana.

A taxa básica de juros, a Selic, será elevada de 4,25% para 5,25% ao ano na próxima deliberação do Copom, em agosto, segundo previsão disseminada no mercado financeiro. Na ata, no entanto, a indicação mais explícita é de um novo aumento de 0,75 ponto percentual, idêntico aos dois anteriores.

Mas essa indicação, como sempre, é condicional: a decisão efetiva dependerá das informações coletadas até a nova reunião.

Mas a porta para um ajuste mais forte parece mais que entreaberta, desde a divulgação da ata.

Para começar, as projeções de **inflação** citadas no informe do BC estouram o limite de tolerância fixado para o ano, de 5,25%. No cenário básico, o aumento do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) ficará "em torno" de 5,8%, com juros básicos elevados até 6,25%. Esses números já constituem uma boa razão para apostar numa Selic na altura de 6,5% - com aceleração, portanto, do ajuste monetário previsto até a última sessão do Copom.

Em segundo lugar, a "persistência" da pressão inflacionária tem sido maior que a prevista, de acordo com o informe.

Esse reconhecimento é um forte sinal de maior preocupação quanto à evolução provável dos preços. Depois, o Comitê insiste na indicação de um "risco fiscal elevado". A continuidade desse risco pode empurrar a **inflação** para níveis mais altos no "horizonte relevante" para a política monetária.

O alerta vale pelo menos para 2021 e 2022. O risco fiscal é explicitamente associado ao prolongamento das políticas "de resposta à pandemia". A linguagem seria mais convincente, e menos diplomática, se o perigo fosse claramente associado às pressões do presidente Jair Bolsonaro por ações de apoio à reeleição, como gastos sociais maiores e tributação mais branda. Mudanças como essas podem ser defensáveis, mas só deveriam vir no bojo de um planejamento fiscal efetivo e com finalidades mais amplas que os objetivos eleitorais.

A insegurança fiscal, segundo o Copom, gera uma "assimetria no balanço de riscos".

Sem o jargão profissional, o recado é o seguinte: o risco de uma **inflação** acima das atuais projeções supera o de uma evolução mais moderada. Com as incertezas quanto à condução das contas públicas, a **inflação** poderá revelar-se pior do que hoje se espera. Além disso, se crescerem os temores de maior desarranjo nas contas públicas, o próprio comportamento dos agentes de mercado poderá afetar a formação dos preços.

Essa insegurança, gerada pelo governo e especialmente pelas imprudências do presidente Jair Bolsonaro, já produziu estragos notáveis, como a forte valorização do dólar. Durante um ano a moeda americana, com cotações frequentemente acima de R\$ 5,40, afetou perigosamente os preços. Um efeito secundário foi a decisão do Copom de elevar os juros para esfriar a demanda e conter a **inflação**. Apesar disso, as pressões inflacionárias persistiram, o IPCA subiu mais de 8% em 12 meses e por isso se espera, agora, um aperto monetário mais forte. Juros mais altos tendem a atrapalhar a recuperação da economia e, além disso, complicam a situação do Tesouro, encarecendo a dívida pública e tornando mais custosa a sua rolagem. A melhora desse quadro depende crucialmente de mais cuidado e mais previsibilidade nas ações de governo. Falta o presidente Bolsonaro assumir sua responsabilidade.

Risco de estouro da **inflação** reforça a expectativa de maior aperto monetário

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Com risco de nova crise energética, BC refaz cenários para definição da Selic

Anne Warth / BRASÍLIA

O Banco Central está "emparedado" e levanta vários cenários sobre o impacto do setor elétrico para o controle da inflação e a economia neste ano e em 2022. De um lado, a inflação vai ficar pressionada com o aumento na taxa extra embutida na conta de luz, após reajuste na bandeira vermelha ainda a ser definido, com reflexos para o ano que vem.

Por outro lado, diretores e técnicos do BC também avaliam se um eventual racionamento de energia para evitar um apagão pode aliviar a inflação e desacelerar o crescimento.

Ambas as possibilidades são levadas em conta para definir o rumo da taxa básica de juros, segundo apurou o Estadão/Broadcast.

O BC iniciou em março o processo de alta da Selic (a taxa básica de juros) para segurar a inflação. Desde então, a taxa saltou de 2%, o menor nível histórico, para 4,25% ao ano.

A perspectiva de a bandeira vermelha nível 2, hoje em R\$ 6,24 a cada 100 quilowatts-hora (kWh), ser reajustada para além de R\$ 7,57 por 100 kWh pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estava fora do radar da instituição. Foi apenas na semana passada que o órgão regulador reconheceu que será necessário aumentar o valor além do proposto na consulta pública, que previa alta de 21%. Isso será incorporado pelo Banco Central a partir de agora.

Mesmo esse aumento adicional na bandeira é insuficiente para cobrir os custos das distribuidoras com a compra de energia.

A parte que não é capturada pelas bandeiras ficará para os reajustes anuais em 2022, ano em que as tarifas também serão pressionadas em razão do início do repasse de valores para o pagamento do empréstimo de R\$ 16 bilhões para as distribuidoras - alternativa encontrada para que as concessionárias enfrentassem os efeitos da pandemia de covid-19, que causaram queda no consumo e aumento da inadimplência.

Publicamente, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, reconheceu que a falta de chuva em volume

necessário poderia causar impactos não apenas na energia, mas também no preço dos alimentos e, conseqüentemente, na definição da política monetária (ou seja, na calibragem dos juros para o controle da inflação). Ele manifestou esse entendimento em evento promovido pelo Bank for International Settlements (BIS) no início de junho.

Estudos. O Banco Central passou também a estudar os efeitos que um racionamento teria sobre a economia brasileira, a inflação e, conseqüentemente, os juros. Além do acionamento de todas as usinas térmicas, a crise hídrica levou o governo a preparar uma medida provisória que permite a criação de um "programa de racionalização compulsória do consumo de energia elétrica", como revelou o Estadão/Broadcast no dia 12.

Embora o Ministério de Minas e Energia (MME) tenha negado a possibilidade de um racionamento, a pasta reconheceu que explora "todas as medidas ao seu alcance" para atravessar a crise e não negou a existência da minuta da MP.

Também entrou no radar do BC a alternativa ao racionamento, prevista na minuta da MP.

Chamada de resposta à demanda, a medida pretende mudar a produção industrial para horários menos visados, numa tentativa de evitar picos no início da tarde que possam levar a apagões.

Para isso, as empresas seriam remuneradas com o pagamento de um encargo que também vai pressionar a conta de luz, já que a ideia é que o governo "compre" o direito de deslocar esse consumo.

Para aplacar a crise de duas décadas atrás, marcada por um apagão no Brasil, um racionamento de energia vigorou entre 1.º de julho de 2001 e 19 de fevereiro de 2002, período durante o qual a população foi obrigada a cortar o consumo em 20%. As indústrias tiveram de reduzir a produção e o **PIB**, que havia crescido 4,4% em 2000, desacelerou para 1,4% em 2001. O efeito da crise agora, portanto, seria recessivo e poderia contribuir para diminuir as pressões sobre a inflação.

Na ata da mais recente reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), divulgada pelo BC na terça-feira, a crise hídrica foi mencionada de maneira superficial.

Na avaliação da autoridade monetária, a persistência das pressões inflacionárias se revelou maior do que o esperado, sobretudo entre os bens industriais - a energia é um dos principais insumos do setor.

"Adicionalmente, a lentidão da normalização nas condições de oferta, a resiliência da demanda e implicações da deterioração do cenário hídrico sobre as tarifas de energia elétrica contribuem para manter a **inflação** elevada no curto prazo, a despeito da recente apreciação do real", diz a ata, ressaltando que o Copom "segue atento à evolução desses choques e seus potenciais efeitos secundários".

Procurado pela reportagem, o BC não se manifestou.

I Contexto monitorado

"Implicações da deterioração do cenário hídrico sobre as tarifas de energia elétrica contribuem para manter a **inflação** elevada no curto prazo, a despeito da recente apreciação do real." ATA DO COPOM TRECHO DE ATA, EM QUE O ÓRGÃO ACRESCENTA QUE "SEGUE ATENTO À EVOLUÇÃO DESSES CHOQUES E SEUS POTENCIAIS EFEITOS SECUNDÁRIOS"

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

O Plano Safra possível, mas com foco ambiental (3)

Um plano do tamanho que o Estado brasileiro suporta. Assim um dirigente rural avaliou o Plano Safra 2021/2022, anunciado pelo governo federal na terça-feira passada. Com recursos totais de R\$ 251,2 bilhões para custeio, investimentos, comercialização e industrialização, é o plano que a desconfortável situação fiscal do governo permite ser executado.

O valor é 6,3% maior do que o do plano anterior, uma variação próxima da **inflação** observada no momento.

Ou seja, não há aumento real notável.

Mas o Plano 2021/2022 tem alterações em relação ao anterior que lhe dão um aspecto inovador. Atenção especial mereceu o Programa para Redução de Emissão de Gases de Efeito Estufa na Agricultura (Programa ABC), cuja principal linha de financiamento aumentará 101%.

Do total anunciado, R\$ 165,2 bilhões serão para operações com juros controlados. Dessa parcela, R\$ 91 bilhões terão subvenção do governo.

Para a equalização dos juros, o Tesouro Nacional destinou R\$ 13 bilhões (no plano anterior, foram R\$ 11,5 bilhões).

As taxas de juros para todas as operações serão maiores.

Os recursos destinados a investimentos terão o expressivo aumento de 29%, devendo chegar a R\$ 73,4 bilhões.

Os recursos para pequenos produtores serão 19% maiores. Para o programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foram destinados R\$ 39,34 bilhões, sendo R\$ 21,74 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 17,6 bilhões para investimentos.

Também é expressivo o aumento de recursos para a construção de armazéns.

O valor de R\$ 4,12 bilhões para essa finalidade é 84% maior.

Também o seguro rural foi ampliado.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

(Mapa) informa que, com esse aumento, o seguro rural será mais do que duplicado no atual governo. Para 2022, a subvenção ao Prêmio do Seguro Rural será de R\$ 1 bilhão, o que permitirá a contratação de 158,5 mil apólices, para a proteção de 10,7 milhões de hectares, com valor segurado de R\$ 55,4 bilhões.

"Nas próximas décadas, a produção agrícola mundial deverá crescer em sintonia com a conservação ambiental, porém sem descuidar dos ganhos de produtividade e da inclusão social", prevê a ministra da Agricultura, Tereza Cristina. "Graças à ciência e à inovação, o Brasil será protagonista desse processo."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Gastos extras vão reduzir 'folga' do teto, prevê governo

Idiana Tomazelli / BRASÍLIA

O governo estima um crescimento de R\$ 105,2 bilhões nas despesas obrigatórias em 2022, segundo documento do Ministério da Economia ao qual o Estadão/Broadcast teve acesso. O avanço nesses gastos é o que limita o "espaço livre" que o governo terá para novas despesas em 2022, ano de eleições.

Por enquanto, o próprio governo estima que a "folga" será de cerca de R\$ 25 bilhões.

Daquele valor, R\$ 62,4 bilhões devem vir de gastos com a Previdência. Além da concessão de novas aposentadorias, o valor será impactado pelo reajuste do salário mínimo, que em 2022 será corrigido pela **inflação** e também terá de incorporar os R\$ 2 que "faltaram" no aumento do piso em 2021. Isso ocorre porque o resultado do INPC é divulgado depois da publicação do reajuste, e a lei autoriza a compensação de eventual diferença no ano seguinte.

Fontes da área econômica afirmam que os valores ainda podem sofrer revisões até o envio definitivo do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2022, em 31 de agosto. Mas os números estão no centro do debate sobre o espaço efetivo que o governo terá para ampliar despesas em ano eleitoral.

Como mostrou o Estadão/ Broadcast, as promessas do presidente Jair Bolsonaro para ocupar o espaço que se abrirá no teto de gastos em 2022 já superam a "folga" dos R\$ 25 bilhões.

Só a ampliação do Bolsa Família deve elevar o gasto em ao menos R\$ 18,7 bilhões, enquanto um eventual aumento de 5% no salário do funcionalismo pode gerar uma fatura extra de R\$ 15 bilhões.

O cenário pode se complicar ainda mais caso a **inflação** não desacelere no segundo semestre.

Isso porque o teto deve ter uma correção entre 8% e 9%, conforme o resultado do IPCA em 12 meses até junho. Já as despesas serão corrigidas pelo INPC do ano, cuja previsão do governo aponta para alta de 5,05%. Essa variação, porém, pode acabar sendo maior.

Energia. O principal fator de risco para isso é a conta

de luz.

Diante da seca histórica que ameaça o abastecimento de energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deve aumentar em mais de 20% o valor da bandeira vermelha 2, o patamar mais alto de cobrança extra nas tarifas. Se a **inflação** acelerar por causa disso, a despesa cresce e a "folga" no teto fica mais achatada.

O documento obtido pela reportagem revela detalhes até então desconhecidos das previsões do governo para o gasto obrigatório em 2022.

Segundo as estimativas, R\$ 26,7 bilhões do aumento de gastos na Previdência são "excedente ao padrão de correção pela **inflação**", ou seja, seriam explicados por fatores reais, como concessão de novas aposentadorias (o chamado crescimento vegetativo), ou compensação devida no salário mínimo.

Há ainda um aumento esperado de R\$ 12,5 bilhões em gastos como abono salarial e seguro-desemprego. Neste ano, o governo adiou o calendário de pagamento do abono, espécie de 14.º salário pago a trabalhadores que ganham até dois salários mínimos. Isso reduziu a despesa obrigatória em 2021, mas vai gerar pressão em 2022.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Cedo para comemorar (3)

O ex-presidente Michel **Temer** entregou o governo, ao final de 2018, com um quadro de 630.689 funcionários civis, número reduzido, nos três anos seguintes, a 586.110, equivalente a uma redução de 44.579 servidores, parte deles afastada por aposentadoria. Avanço modesto, longe de atender às necessidades de cobrir contas que não fecham e um déficit persistentemente crescente, mas ainda assim um avanço a ser registrado, até porque o número apontado é o menor desde 2011. Por outro lado, e segundo a mesma fonte, o número de cargos comissionados, aqueles chamados de "livre nomeação", somava 22.544 ao final do primeiro trimestre, ou uma redução de 628 cargos na comparação com dezembro de 2018.

Considerado o tamanho do problema, tendo em conta que os gastos com funcionalismo só perdem para a conta de juros e encargos da dívida pública, uma visão realista e responsável será necessariamente comedida nos aplausos pelos resultados apresentados. Até porque o número de pessoas contratadas por nomeação chegou a 5.299 apenas, 602 a menos que no governo anterior, tantas e tantas vezes acusado de esbanjador, enquanto os atuais governantes prometiam faxina exemplar, lembrando que a torneira dos gastos nunca pode ser maior que a torneira que despeja recursos no Tesouro.

Em resumo, e sempre repetindo os números do Ministério da Economia, houve uma queda de 3,65% nos gastos com o pessoal civil, incluindo ativos e inativos, considerados os primeiros quadrimestres dos dois últimos anos.

Na comparação com o governo anterior, primeiro quadrimestre de 18, com janeiro-abril de 21, a economia chega a 6,06%, tendo como medida o IPCA. Pouco, considerado o tamanho do buraco e, pior, algo talvez sem nenhum efeito consideradas as vantagens com que foram recentemente brindados os integrantes do primeiro escalão da administração federal.

Sobra a conclusão de que é preciso fazer mais, na linha do que foi prometido na campanha eleitoral, raciocínio que conduz à reforma administrativa, em escala capaz de efetivamente reduzir o peso do Estado e os custos implicados, como o fato de que os servidores são contemplados, desde 2001, com reajustes acima da **inflação** e da evolução da arrecadação, o que significa cavar cada vez mais fundo o buraco do déficit público, tornando mais distante o tão prometido reequilíbrio fiscal e mais

próximo o ponto em que poderá ocorrer algum tipo de colapso.

Nada que pareça exagero, nada que possa ser creditado a uma oposição dura demais. Afinal, e por mais de uma vez, tanto o presidente da República quanto seu ministro da Economia apontaram o País como muito próximo de quebrar.

Site: https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-24-06-2021/#flipbook-df_18716/1/

Meirelles sugere redução em meta do País

INFLAÇÃO

Brasília - A inflação elevada que o País enfrenta neste período de retomada do crescimento está relacionada principalmente a choques de oferta e de demanda ligados à pandemia que tendem a ser passageiros e, para ancorar as expectativas, o governo deveria seguir reduzindo a meta de inflação do País.

A avaliação é do ex-presidente do Banco Central, ex-ministro da Fazenda e atual secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Henrique Meirelles. Em entrevista à Reuters, ele afirmou que, caso ainda fizesse parte do Conselho Monetário Nacional (CMN), votaria nesta semana pela fixação de uma meta de 3% para a inflação em 2024.

A meta de inflação para este ano é de 3,75%, e a expectativa do mercado é descumprimento do objetivo, mesmo considerando a margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos. Para 2022, as expectativas estão já um pouco acima da meta central de 3,5%. A meta de 2023 é de 3,25%, e a de 2024 será definida pelo CMN neste mês, em reunião prevista para hoje.

Meirelles destaca que os preços têm sido afetados, entre outros fatores, por disrupções nas cadeias de produção geradas por problemas relacionados à pandemia.

"O Banco Central tem que tomar as medidas, e está tomando, agora a tendência é de melhora, na medida em que as empresas forem retomando", afirmou. Ele destacou a importância de, nesse contexto, o governo manter o curso previsto e direcionar as expectativas, levando a meta para 3%, patamar que diz considerar "normal" para economias emergentes.

"Se eu estivesse lá eu votaria a favor, sim, de continuar nessa linha para 2024", afirmou.

Questionado se a inflação mais elevada neste ano irá enfraquecer o mecanismo do teto de gastos como âncora fiscal para 2022, na medida em que permitirá que o governo gaste mais sem descumprir a regra, Meirelles pontuou que o fato de o teto variar de acordo com a inflação é uma vantagem.

"Acho que nesse momento inclusive permite que o governo obedeça ao teto de gastos, na medida em que dá um pouco mais de margem", afirmou Meirelles. "Permite ter um pouco mais de confiança de que é

possível seguir o teto (sabendo) que, em um ano que a inflação cai, o teto vai para baixo".

Crise hídrica - A equipe de Meirelles aumentou para cerca de 7,5% as projeções para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de São Paulo em 2021 após o governador João Doria (PSDB) anunciar uma antecipação do cronograma de vacinação do Estado, agora previsto para abarcar todos os adultos até setembro.

Esse desempenho coloca o estado, que fechou o ano passado com um ligeiro crescimento, bem acima da média do País - a expectativa do mercado é que o Brasil cresça 5% neste ano, após queda de 4,1% em 2020.

Meirelles admite que a crise hídrica é um risco negativo para a projeção, mas pondera que o aprendizado que as empresas adquiriram na pandemia, aliado a uma avaliação de que comércio e indústria tendem a ser relativamente poupados de eventuais falhas que venham a ocorrer nos horários de pico de consumo da população, minimiza as preocupações.

"Vamos evidentemente monitorar de perto aí a evolução de toda essa situação, não só dessa questão hídrica, mas mais ainda da evolução da vacinação, da questão da saúde e essas novas variantes de Covid-19. Tem muita coisa influenciando esse processo (da atividade)", afirmou o secretário.

medida provisória que abre espaço para a privatização da Eletrobras. A votação foi concluída na noite de terça-feira e segue para a sanção do presidente Jair Bolsonaro.

A MP prevê a diluição da participação do governo na Eletrobras por meio da venda de ações. Mas emendas ao texto que não têm relação com a desestatização ou com a elétrica levantaram uma série de questionamentos de especialistas sobre o custo mais alto da energia térmica compulsória decorrente da contratação de 8 gigawatts estabelecida na proposta.

Para Meirelles - que comandava o então Ministério da Fazenda quando o governo Michel Temer apresentou um primeiro projeto de pulverização da participação do governo na estatal -, os "jabutis" incorporados pelo Congresso à nova MP denunciam dificuldades de coordenação do governo e são criticáveis, mas não tiram o mérito do plano de privatização.

"Acho extremamente positivo que isso finalmente esteja saindo", disse Meirelles. (Reuters)

Privatização da Eletrobras -

Ao chamar a atenção para a importância dos investimentos privados no setor de energia, ele disse considerar "extremamente positiva" a aprovação, no Congresso Nacional, da

Site: https://diariodocomercio.com.br/impreso/edicao-de-24-06-2021/#flipbook-df_18716/1/

Racionamento pelos próximos 10 anos pode se tornar realidade

LETÍCIA FONTES

Conta de luz também deve ficar mais cara, o que vai impactar no preço dos produtos

Diante da pior seca dos últimos 90 anos e com algumas das principais hidrelétricas do país correndo o risco de ficarem vazias, um fantasma que parecia estar no passado voltou a rondar o Brasil. Vinte anos depois de o governo federal adotar medidas de racionamento de energia devido ao risco de apagão, especialistas temem a necessidade de um novo racionamento, semelhante ao que aconteceu naquela época, quando os consumidores tiveram que cortar 20% do consumo de eletricidade para não ter um aumento na conta.

Mesmo com o governo negando essa possibilidade, o país corre o risco de viver a próxima década com o medo constante do racionamento. "O país tem uma taxa de crescimento de energia elevada, em torno de 2% a 5% ao ano, a tendência que temos é continuar crescendo. Tudo indica que teremos problemas mais sérios que em 2001. Se a economia se levantar no próximo ano, como já vem acontecendo, vai faltar energia elétrica" avalia Carlos Barreira Martinez, professor da Universidade Federal de Itajubá e do departamento de pós-graduação de engenharia mecânica da UFMG. "Vamos viver, no mínimo, dez anos de racionamentos, de sustos catastróficos, se o governo não tomar providências rápidas", acrescenta.

Para o professor Marcos Freitas, coordenador do Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (Ivig), da UFRJ, o risco maior da crise energética é o aumento constante do preço da energia. "O risco de racionamento e de um apagão tem, mas não é o problema principal, ao meu ver, porque tem estoque de outras energias, coisa que não se tinha tanto em 2001. O maior risco é o aumento do preço. Com a energia mais cara, o preço das mercadorias não fica competitivo para o mercado, a gente já tem um custo de energia alto, as produções tendem a encarecer ainda mais", diz.

A notícia de um possível racionamento e o aumento constante na conta de luz foi o estopim que faltava para a empresária Luiza Alves, dona de um salão no bairro Caiçara, na região Noroeste de Belo Horizonte, querer vender a unidade. "Fiquei mais de seis meses

fechada, os clientes diminuíram muito, a conta (de luz) nunca baixou, porque a tendência é que ela aumente se o movimento melhorar. O momento já é muito difícil, essa questão da energia é mais um problema que não tenho como lidar", desabafa Luiza, que paga em média R\$ 800 de conta de luz. "Como um salão diminuiu seu consumo? Não usa o secador? Eu estou cortando em outras coisas, já dispensei o vigia, por exemplo", conta a empresária, que planeja manter apenas um salão com a irmã na Savassi, na região Centro-Sul da capital mineira, e vender a unidade do Caiçara.

Energia solar fez conta passar de R\$ 350 para R\$ 50 por mês

A gestora comercial Ana Martins, 43, resolveu instalar placas de energia solar no telhado da casa para ajudar no orçamento. A conta de luz, que antes custava cerca de R\$ 350, barateou, e agora está chegando, em média, a R\$ 50. "É computador ligado das 7h às 18h, mais a impressora, fora o consumo rotineiro de geladeira, ventiladores no verão e forno elétrico", conta ela, que gastou R\$ 20 mil para a instalação. "Quando somamos a parcela do financiamento (da instalação) mais a conta de luz atual, ainda assim dá inferior a R\$ 300, o que já representa uma economia gigante", diz.

Para quem não pode realizar grandes investimentos, o professor João Carlos Lima, do Centro de Capacitação em Tecnologia da Loja Elétrica, dá a dica de pequenas ações que podem reduzir o consumo pela metade (leia mais acima). Uma delas é substituir os chuveiros tradicionais por chuveiros com controle eletrônico. "Um chuveiro tradicional utilizado por quatro pessoas na posição inverno durante 15 minutos por cada um, tem um gasto de R\$ 1.638 por ano. Se essa família fizer uma substituição pelo chuveiro eletrônico, esse gasto cairá para R\$ 982,80", explica. (LF)

Paulo Guedes

'Estamos vindo com bandeiras novas'

O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou ontem que a aplicação de novas bandeiras tarifárias, que elevam o custo da conta de energia elétrica, tem o objetivo de evitar um racionamento no país. "Estamos vindo com bandeiras novas para evitar o racionamento lá na frente, está havendo uma racionalização no uso

agora, e isso é um choque. Vai haver um choque na energia e um choque de alimentos", afirmou ele, que não detalhou se estava se referindo à eventual criação de mais uma bandeira tarifária.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deverá aprovar, na próxima semana, um reajuste das bandeiras. A tendência, segundo técnicos que participam das discussões com o governo, é a de que o conselho diretor da agência aprove um aumento que varia entre 40% e 60% das bandeiras - o que acarretará um aumento entre 15% e 20% na conta de luz. Os números ainda estão sendo fechados pelos técnicos da agência e devem vigorar a partir de julho, permanecendo até o final deste ano.

Na bandeira verde não há adicional para cada quilowatt-hora (kWh) consumido. Na amarela, o extra é de R\$ 1,34 a cada 100 kWh. Na vermelha, há dois patamares - R\$ 4,16 (nível 1) e R\$ 6,24 (nível 2). Diante da crise hídrica, a Aneel impôs a bandeira vermelha 2 em junho. Caso se confirme, o preço a mais do kWh passaria dos atuais R\$ 6,24 para cerca de R\$ 10. Esse movimento exercerá mais pressão sobre a inflação.

Site:

<https://digital.otempo.com.br/leitor/#/jornais/1/edicoes/15967>